



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**EDITAL N° 09/2026**  
**CONCORRÊNCIA N.º 90001/2026**

**ÍNDICE**

<b>EDITAL N° 09/2026</b>	<b>3</b>
1 - DO OBJETO	3
2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	4
3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	8
6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	9
7 - DA FASE DE JULGAMENTO	11
8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9 - DOS RECURSOS	17
10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO	17
11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	18
12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	19
13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	20
14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	21
<b>ANEXO I – PROJETO BÁSICO</b>	<b>23</b>
15 - DO OBJETO	23
16 - CONDIÇÕES GERAIS	23
17 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS	24
18 - SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS	24
19 - RESPONSÁVEIS	32
<b>ANEXO II – TERMO DE REFERÊNCIA</b>	<b>33</b>
1 - DA MODALIDADE	33
2 - DO OBJETO	33
3 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS	33
4 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO	34
5 - DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO	35
6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO	35
7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO	37
8 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO	38
9 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO	40





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

10 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO	41
11 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO	43
12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO	45
13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	45
14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS	46
<b>ANEXO III – MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA</b>	<b>47</b>
<b>ANEXO IV – MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA</b>	<b>49</b>
<b>ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL</b>	<b>50</b>
<b>ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO</b>	<b>52</b>
1 - DAS PARTES	52
2 - DO FUNDAMENTO LEGAL	52
3 - DO OBJETO	52
4 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO	53
5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS	54
6 - DA SUBCONTRATAÇÃO	56
7 - DO PAGAMENTO	56
8 - DO REAJUSTE	58
9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	59
10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE	61
11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)	62
12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO	63
13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	63
14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL	66
15 - DOS CASOS OMISSOS	67
16 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO	67
17 - DAS ALTERAÇÕES	67
18 - DA PUBLICAÇÃO	68
19 - DO FORO	68
<b>ANEXO VII – DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (REPOSITÓRIO DIGITAL)</b>	<b>69</b>
1 - ACESSO AO REPOSITÓRIO DIGITAL	69
2 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS	69
3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	69





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**EDITAL Nº 09/2026**

**CONCORRÊNCIA N.º 90001/2026**

O **Conselho Regional de Engenharia e Agronomia De Goiás – Crea-GO**, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, com sede em Goiânia, Capital do Estado de Goiás, na Rua 239 n.º 561, Setor Universitário, telefone: (62) 3221-6299, por intermédio do Agente de Contratação e da Equipe de Apoio instituídos pela Portaria nº 122/2025, no uso de suas atribuições legais e considerando o teor do **Processo Administrativo 45422/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, demais legislações aplicáveis e as exigências deste **Edital**, realizará licitação na modalidade **Concorrência**, na forma **eletrônica**, com critério de julgamento de **maior desconto** sobre o **item único**.

**DATA:** 30 de julho de 2026, ou primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente nesta data.

**HORA:** 09:00 horas – horário de Brasília-DF.

**ENDEREÇO ELETRÔNICO:** [www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**CÓDIGO UASG:** 389422

**1 - DO OBJETO**

**1.1** - A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada, legalmente habilitada, para elaboração do projeto executivo e execução da reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, localizada em Jataí – GO, compreendendo:

**1.1.1** - Elaboração do projeto executivo da edificação, contemplando pranchas estrutural, hidrossanitária e elétrica, com todos os detalhes necessários à execução, bem como memorial descritivo contendo todas as informações técnicas necessárias à execução completa do serviço;

**1.1.2** - Execução de reforma da edificação existente, com a construção de novos ambientes, como sala para profissional, sala de reuniões e sala administrativa; manutenção dos sistemas hidrossanitário e elétrico; revisão da cobertura e correção de vazamentos; pintura de paredes e teto; substituição de lâmpadas fluorescentes por luminárias de LED; troca de portas danificadas; instalação de pontos de infraestrutura para câmeras e automação dos aparelhos de ar-condicionado; e substituição dos aparelhos de ar-condicionado existentes;

**1.1.3** - Execução de ampliação, com a construção de auditório, área de lazer, sanitários de apoio à área de lazer e sanitário acessível, incluindo todos os sistemas hidrossanitários e elétricos necessários ao pleno funcionamento dos ambientes, bem como a aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado.

**1.2** - A contratação deverá atender às condições, exigências e especificações deste Edital e seus Anexos, especialmente o Projeto Básico, o Termo de Referência, o Estudo Técnico Preliminar, as planilhas orçamentárias e o cronograma físico-financeiro, que integrarão o Contrato como documentos vinculantes.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**1.3** - O objeto será licitado em item único, conforme tabela constante do Termo de Referência.

**1.3.1** - Item único: elaboração do projeto executivo da Inspetoria do Crea-GO, em Jataí-GO, contemplando projetos estrutural, hidrossanitário e elétrico, bem como execução da reforma e ampliação da unidade, conforme Projeto Básico, Estudo Técnico Preliminar, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos.

**1.4** - A licitação será realizada na modalidade Concorrência, em formato eletrônico, com fundamento nos arts. 6º, inciso XXIX e 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de maior desconto (art. 33, inciso II), por se tratar de obra de engenharia com padrões objetivos de desempenho e qualidade definidos em projeto.

**1.5** - A modalidade **Concorrência**, em formato eletrônico, é justificada por se tratar de contratação que envolve, de forma **semi-integrada**, a elaboração de projeto executivo (serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, XVIII, "a", da Lei nº 14.133/2021) e a execução de obra de reforma e ampliação de edificação (obra de engenharia, nos termos do art. 6º, XII), hipótese em que o pregão não se aplica, conforme art. 29, parágrafo único, da referida Lei. Nesses casos, deve ser adotada a concorrência para obras e serviços de engenharia, nos termos do art. 28, inciso II, combinado com o art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021.

## 2 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

**2.1** - As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, para o exercício de 2026, na seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.02.01.01.001 – Obras e Instalações em andamento.

## 3 - DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

**3.1** - Poderão participar desta licitação os interessados que atendam integralmente às condições de participação e de habilitação previstas neste Edital e em seus Anexos, inclusive quanto às exigências técnicas, jurídicas, fiscais, trabalhistas e econômico-financeiras da Lei nº 14.133/2021, especialmente às constantes do Projeto Básico, do Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, das planilhas orçamentárias e do cronograma físico-financeiro.

**3.2** - A licitação será realizada na modalidade Concorrência, na forma eletrônica, por meio do sistema Compras.gov.br, devendo os licitantes estar previamente credenciados para acesso ao sistema e reunir as condições de habilitação exigidas neste Edital.

**3.3** - É de responsabilidade exclusiva do licitante:

**3.3.1** - A veracidade e autenticidade das informações lançadas no sistema;

**3.3.2** - A guarda e a segurança de seus dados cadastrais e senhas; e

**3.3.3** - A observância dos prazos, requisitos e procedimentos previstos neste Edital e na legislação vigente.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**3.4 -** A manutenção da regularidade cadastral e a apresentação tempestiva da documentação exigida são de responsabilidade exclusiva do licitante, sob pena de desclassificação ou inabilitação, conforme o caso.

**3.5 -** Não serão adotadas reservas de cota nem exclusividade para Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP), sem prejuízo da aplicação, quando cabível, do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, observada a natureza do objeto e a legislação aplicável às contratações de obras e serviços de engenharia.

**3.6 -** Não poderão participar desta licitação:

**3.6.1 -** Pessoa física ou jurídica que não atenda às exigências deste Edital;

**3.6.2 -** O autor do Projeto Básico, bem como empresa, isoladamente ou em consórcio, da qual seja sócio, dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando configurada a vedação legal aplicável;

**3.6.3 -** Pessoa física ou jurídica impedida de licitar ou contratar com a Administração Pública, inclusive as sancionadas com impedimento ou declaração de inidoneidade, bem como aquelas alcançadas por restrições constantes dos cadastros oficiais pertinentes, tais como CEIS e CNEP;

**3.6.4 -** Agente público do Crea-GO, devendo ser observadas também as hipóteses de impedimento e conflito de interesses previstas na legislação aplicável;

**3.6.5 -** Pessoas físicas ou jurídicas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante, com o Agente de Contratação, com membro da Equipe de Apoio, ou com servidor que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, ou que deles sejam cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo ser observadas as vedações legais pertinentes;

**3.6.6 -** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da legislação civil e societária, concorrendo entre si;

**3.6.7 -** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**3.6.8 -** Empresas que tenham participado da elaboração dos estudos, projetos ou documentos técnicos utilizados no planejamento desta contratação, quando disso resultar vantagem indevida, quebra de isonomia ou conflito de interesses;

**3.6.9 -** Consórcios de empresas, não admitidos nesta licitação, em razão da motivação constante do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar, que apontam a necessidade de responsabilização direta e unitária pela execução do objeto;

**3.6.10 -** Sociedades cooperativas, não admitidas para este objeto, em razão da natureza da execução, da necessidade de coordenação técnica unificada e da responsabilização direta pelos serviços de engenharia, conforme motivação constante do Termo de Referência;







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**3.6.11** - Pessoas jurídicas qualificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), quando a sua participação for incompatível com a natureza do objeto e com o regime jurídico da contratação;

**3.6.12** - Pessoa física ou jurídica que se encontre em situação de conflito de interesses com a Administração, na forma da legislação aplicável.

**3.7** - Consideram-se também impedidas as empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico do(s) autor(es) de projetos, estudos ou documentos técnicos utilizados no planejamento da contratação, quando essa circunstância caracterizar conflito de interesses ou afronta à isonomia do certame.

**3.8** - A vedação à participação do autor do Projeto Básico ou de documentos técnicos utilizados no planejamento não se confunde com a possibilidade de a futura contratada elaborar o projeto executivo como encargo contratual, desde que não tenha participado, direta ou indiretamente, da elaboração das peças técnicas que serviram de base à licitação.

**3.9** - Durante a execução contratual, a Administração poderá admitir colaboração de especialistas ou consultores para apoio técnico à fiscalização e à gestão do Contrato, desde que não haja conflito de interesses e que a atuação ocorra sob supervisão de servidor formalmente designado.

**3.10** - Na hipótese de contratação custeada, no todo ou em parte, com recursos de financiamento externo, aplicam-se também as restrições e vedações estabelecidas pelos respectivos organismos financiadores, sem prejuízo do cumprimento da legislação nacional.

#### **4 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

**4.1** - Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá às fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

**4.2** - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

**4.3** - O licitante deverá apresentar proposta para o item único, observando a planilha orçamentária de referência, o cronograma físico-financeiro e as demais condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos.

**4.4** - A proposta deverá conter, no mínimo:

**4.4.1** - Declaração de que a licitante cumpre integralmente as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos;

**4.4.2** - Valor global ofertado para o item único, resultante da aplicação do percentual de desconto proposto sobre a planilha orçamentária de referência;

**4.4.3** - Percentual de desconto ofertado sobre a planilha orçamentária de referência, em consonância com o critério de julgamento adotado;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

- 4.4.4** - Planilha de composição de preços, com detalhamento dos custos diretos e indiretos, inclusive materiais, mão de obra, encargos sociais, benefícios, tributos, seguros, mobilização, transporte, administração, BDI e demais despesas necessárias à execução integral do objeto;
- 4.4.5** - Cronograma físico-financeiro estimado, compatível com o prazo de execução e com as etapas da elaboração do projeto executivo, da reforma e da ampliação;
- 4.4.6** - Demais elementos eventualmente exigidos no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos anexos técnicos, necessários à adequada análise da proposta.
- 4.5** - No ato de apresentação da proposta, o sistema exigirá do licitante as declarações eletrônicas cabíveis, especialmente as relativas a:
- 4.5.1** - Pleno conhecimento e aceitação das condições do Edital e de seus Anexos, especialmente do Projeto Básico e do Termo de Referência;
- 4.5.2** - Cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;
- 4.5.3** - Inexistência de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de dezoito anos e de qualquer trabalho para menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nos termos do art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
- 4.5.4** - Cumprimento da legislação trabalhista, ambiental, urbanística, de segurança e saúde no trabalho e das demais obrigações legais pertinentes à execução do objeto;
- 4.5.5** - Que a proposta econômica apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, quando aplicável;
- 4.5.6** - Que os valores ofertados incluem todos os encargos, insumos e despesas diretas e indiretas incidentes sobre a execução do objeto, não cabendo pleito posterior de acréscimo fundado em omissões da proposta.
- 4.6** - Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a abertura da sessão pública. Após esse momento, não serão admitidas alterações, ressalvadas as hipóteses de diligência, saneamento ou correção formal admitidas pela Lei nº 14.133/2021.
- 4.7** - A classificação observará o critério de julgamento de maior desconto sobre a planilha orçamentária de referência, sendo classificada em primeiro lugar a proposta que apresentar o maior percentual de desconto global, desde que atendidas as exigências do Edital e verificada sua exequibilidade.
- 4.8** - Encerrada a fase de julgamento, os documentos que compõem as propostas dos licitantes classificados poderão ser disponibilizados na forma da legislação aplicável, observados os princípios da publicidade e da transparência.
- 4.9** - Haverá fase competitiva em modo de disputa aberto e fechado, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação do sistema Compras.gov.br, compreendendo:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**4.9.1** - Etapa aberta, com apresentação de lances sucessivos destinados a ampliar o percentual de desconto ofertado; e

**4.9.2** - Etapa fechada, para apresentação de lance final, nos termos das regras operacionais do sistema eletrônico.

**4.10** - É de responsabilidade exclusiva do licitante o acompanhamento do certame no sistema eletrônico, inclusive quanto ao recebimento, leitura e observância das mensagens, comunicações, convocações e prazos estabelecidos pela Administração.

**4.11** - Havendo necessidade de esclarecimento, complementação ou saneamento de falhas formais, a Administração poderá promover diligência e convocar o licitante para apresentar documentos, informações ou justificativas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta, salvo nas hipóteses legalmente admitidas.

**4.12** - Os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante provisoriamente vencedor, após a fase de julgamento, na forma deste Edital.

## 5 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

**5.1** - O licitante deverá preencher sua proposta no sistema Compras.gov.br, contendo obrigatoriamente:

**5.1.1** - valor global ou desconto do item, conforme o caso;

**5.2** - Todas as informações constantes da proposta, inclusive preços, prazos, composições de custos, cronograma e metodologia de execução, vinculam o licitante e integrarão o Contrato, em caso de adjudicação.

**5.3** - Os preços propostos deverão abranger todos os custos diretos e indiretos necessários à execução contratual, inclusive:

**5.3.1** - Materiais, insumos, equipamentos e ferramentas necessários à execução integral do objeto;

**5.3.2** - Mão de obra qualificada e encargos decorrentes;

**5.3.3** - Encargos previdenciários, trabalhistas, fiscais, comerciais e tributários;

**5.3.4** - Transporte, fretes, seguros, mobilização e desmobilização;

**5.3.5** - Cumprimento das normas técnicas, urbanísticas, ambientais, de acessibilidade, segurança e saúde no trabalho aplicáveis;

**5.3.6** - Emissão de ART, laudos, memoriais, responsabilidade técnica e demais documentos exigidos para a perfeita execução do objeto;

**5.3.7** - Aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado e demais itens previstos no Projeto Básico, no Termo de Referência e nas planilhas orçamentárias;







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**5.3.8** - Quaisquer outras despesas necessárias ao fiel e integral cumprimento do objeto licitado.

**5.4** - Os preços apresentados são de exclusiva responsabilidade do licitante, não sendo admitida alegação posterior de erro, omissão ou inexactidão para fins de revisão ou reequilíbrio econômico-financeiro, salvo nas hipóteses legalmente previstas.

**5.5** - Os licitantes submetidos a regime tributário diferenciado deverão apresentar proposta compatível com sua efetiva carga tributária, observadas as retenções legais cabíveis e a legislação aplicável.

**5.6** - Independentemente do regime tributário adotado pelo licitante, serão aplicadas, no momento do pagamento, as retenções legais cabíveis, na forma da legislação vigente.

**5.7** - A apresentação da proposta implica compromisso formal com a execução integral do objeto nas condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, responsabilizando-se o licitante pelo fornecimento de todos os materiais, equipamentos, ferramentas, recursos humanos e técnicos necessários à perfeita execução da elaboração do projeto executivo e da obra de reforma e ampliação da Inspetoria do Crea-GO em Jataí-GO.

**5.8** - A proposta deverá ter validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**5.9** - A composição de preços deverá guardar compatibilidade com os quantitativos, especificações, etapas de execução e demais elementos constantes da documentação técnica da contratação, podendo a Administração promover diligências para aferição da exequibilidade da proposta, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**5.10** - Havendo divergência entre as descrições constantes do sistema Compras.gov.br e as constantes do Termo de Referência, do Projeto Básico ou dos demais documentos técnicos, prevalecerão estes últimos, por consubstanciarem a manifestação oficial da Administração acerca das especificações do objeto.

**6 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

**6.1** - A sessão pública de abertura das propostas será realizada no sistema Compras.gov.br, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital, sob condução do Agente de Contratação e de sua Equipe de Apoio, formalmente designados.

**6.2** - Os licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até o momento imediatamente anterior à abertura da sessão pública, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

**6.3** - Aberta a sessão, o Agente de Contratação verificará a conformidade das propostas quanto ao atendimento às exigências deste Edital, do Projeto Básico, do Termo de Referência e das especificações técnicas do objeto.

**6.4** - Serão desclassificadas as propostas que:

**6.4.1** - Contiverem vícios insanáveis;

**6.4.2** - Não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital e em seus Anexos;

**6.4.3** - Apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

contratação, quando este for adotado como critério de aceitabilidade;

**6.4.4** - Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**6.4.5** - Apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

**6.5** - O critério de julgamento será o de maior desconto sobre a planilha orçamentária de referência, observadas as condições e os parâmetros definidos neste Edital e em seus Anexos.

**6.6** - Para fins de classificação, as propostas serão ordenadas em ordem decrescente do percentual de desconto global ofertado sobre a planilha orçamentária de referência.

**6.7** - Haverá fase competitiva com apresentação de lances sucessivos, em modo de disputa aberto e fechado, nos termos do art. 56 da Lei nº 14.133/2021 e das regras operacionais do sistema Compras.gov.br.

**6.7.1** - Na etapa aberta, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos destinados a ampliar o percentual de desconto ofertado.

**6.7.2** - Na etapa fechada, o sistema facultará o envio de lance final, na forma e no prazo definidos pelas regras operacionais aplicáveis.

**6.8** - O Agente de Contratação poderá negociar com a licitante mais bem classificada, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

**6.8.1** - A negociação poderá ser estendida às demais licitantes, respeitada a ordem de classificação, caso a proposta mais bem classificada não seja aceita.

**6.8.2** - As tratativas realizadas e seus resultados serão registrados no sistema e juntados aos autos do processo.

**6.9** - A proposta classificada em primeiro lugar, após eventual negociação, será submetida à análise de aceitabilidade e exequibilidade, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e deste Edital, podendo ser exigidos documentos complementares relativos à formação de preços, insumos, encargos, produtividade, composições unitárias e demais elementos técnicos pertinentes.

**6.9.1** - Tratando-se de obra de engenharia, após o julgamento, o licitante provisoriamente vencedor deverá reelaborar e apresentar, por meio eletrônico, as planilhas com quantitativos e custos unitários, bem como o detalhamento do BDI e dos encargos sociais, adequados ao valor final de sua proposta.

**6.9.2** - Em regime de empreitada por preço global, os preços unitários resultantes da proposta vencedora serão utilizados para fins de adequação do cronograma físico-financeiro, medição, análise de eventuais alterações contratuais e demais finalidades admitidas em lei.

**6.10** - Verificada a conformidade da proposta mais bem classificada, será iniciado o procedimento de habilitação, com o exame dos documentos jurídicos, fiscais, trabalhistas, técnicos e econômico-financeiros exigidos neste Edital.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**6.11** - Caso a licitante mais bem classificada não atenda às exigências de habilitação, o Agente de Contratação examinará a proposta subsequente, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de proposta apta e de licitante habilitado.

**6.12** - O resultado do julgamento será divulgado no sistema Compras.gov.br e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma da legislação vigente.

**6.13** - Em caso de empate entre propostas, serão observados, sucessivamente, os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 e, quando cabível, o tratamento favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, na forma da Lei Complementar nº 123/2006.

**6.14** - Concluído o julgamento e satisfeitas as exigências pertinentes, seguir-se-á a fase de habilitação da primeira colocada e, se for o caso, das subsequentes, com posterior adjudicação do objeto ao licitante vencedor e homologação pela autoridade competente.

## 7 - DA FASE DE JULGAMENTO

**7.1** - Encerrada a fase de lances e, quando aplicável, concluída a negociação com a licitante mais bem classificada, o Agente de Contratação convocará a licitante para, no **prazo mínimo de 2 (duas) horas**, encaminhar os seguintes documentos técnicos:

**7.1.1** - Proposta ajustada conforme desconto global ofertado;

**7.1.2** - Planilha Orçamentária, com detalhamento dos custos unitários e globais, contemplando insumos, materiais, mão de obra, encargos sociais, administração, mobilização e desmobilização, tributos, seguros, transporte, BDI e demais elementos necessários à execução integral do objeto;

**7.1.3** - O cronograma físico-financeiro estimado, compatível com os prazos e etapas da elaboração do projeto executivo, da reforma e da ampliação, conforme o Projeto Básico, o Termo de Referência e os demais anexos técnicos;

**7.1.4** - Metodologia resumida de execução, compatível com o objeto licitado, indicando, no mínimo, a sequência executiva da elaboração do projeto executivo, da reforma da edificação existente, da ampliação, das instalações hidrossanitárias e elétricas, dos serviços de acabamento, da instalação dos aparelhos de ar-condicionado e das demais etapas necessárias à entrega integral do objeto.

**7.2** - A verificação da proposta compreenderá:

**7.2.1** - A compatibilidade técnica com o Projeto Básico, o Termo de Referência, as planilhas orçamentárias e os demais documentos técnicos da contratação;

**7.2.2** - A conformidade do valor proposto com o valor estimado pela Administração e com os critérios de aceitabilidade estabelecidos neste Edital, observados os parâmetros de razoabilidade, economicidade e viabilidade;

**7.2.3** - A exequibilidade da proposta, à vista da planilha de composição de custos, do cronograma físico-financeiro, da metodologia de execução e das obrigações contratuais assumidas;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**7.2.4 -** A observância dos requisitos operacionais, logísticos, ambientais, urbanísticos, legais e normativos aplicáveis à execução do objeto.

**7.3 -** Será desclassificada a proposta que:

**7.3.1 -** Contiver vícios insanáveis que comprometam sua validade jurídica, técnica ou econômica;

**7.3.2 -** Não atender às exigências técnicas do objeto;

**7.3.3 -** Apresentar valor acima do orçamento estimado pela Administração, quando este for adotado como limite de aceitabilidade, ou revelar-se manifestamente inexequível;

**7.3.4 -** Deixar de comprovar sua viabilidade técnica ou econômico-financeira, quando exigido pela Administração;

**7.3.5 -** Estiver em desacordo com este Edital e seus Anexos, sem possibilidade de saneamento.

**7.4 -** Para fins de aferição da exequibilidade nas contratações de obras e serviços de engenharia, observar-se-á o disposto no art. 59, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**7.4.1 -** Consideram-se inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

a) Nos termos do Acórdão 465/2024 - Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o critério definido no art. 59, § 4º da lei 14.133/2021 conduz a presunção relativa de inexequibilidade de preços, devendo a Administração, nos termos do art. 49, § 2º da referida lei, dar à licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade de sua proposta.

**7.4.2 -** Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último percentual e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias cabíveis.

**7.4.3 -** Sempre que necessário, a Administração poderá exigir demonstrações complementares de exequibilidade, inclusive memórias de cálculo, composições unitárias, cotações, justificativas técnicas e demais elementos pertinentes à formação do preço.

**7.5 -** Durante a fase de julgamento e antes da decisão final sobre a classificação, o Agente de Contratação poderá promover diligências e solicitar documentos, esclarecimentos, planilhas, análises técnicas, memórias de cálculo, laudos ou outras demonstrações necessárias à aferição da aceitabilidade e da exequibilidade da proposta, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, sem alteração do conteúdo substancial da proposta.

**7.6 -** Erros formais ou materiais na proposta ou na planilha não ensejarão desclassificação, desde que:

**7.6.1 -** Não resultem em majoração do valor global da proposta;

**7.6.2 -** Não contrariem normas legais, exigências deste Edital ou comprometam a execução do objeto; e

**7.6.3 -** A correção seja realizada no prazo concedido pela Administração, sem prejuízo à isonomia entre





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

os licitantes.

**7.7** - Poderão ser admitidas correções de falhas formais, tais como erro de enquadramento tributário, lançamento inadequado de encargos em rubricas impróprias, equívocos sanáveis de quantitativos, coeficientes ou composições, desde que não haja alteração do valor global da proposta nem afronta aos parâmetros estabelecidos neste Edital.

**7.8** - Para a análise técnica da aderência da proposta ao objeto, o Agente de Contratação poderá solicitar manifestação da área requisitante, da fiscalização, da equipe técnica responsável pelo planejamento ou de setor técnico especializado, nos termos da legislação aplicável.

**7.9** - O julgamento observará o critério de maior desconto global sobre a planilha orçamentária de referência, sendo classificada em primeiro lugar a proposta que apresentar o maior percentual de desconto, desde que atendidas as exigências de aderência técnica, aceitabilidade e exequibilidade.

**7.10** - Concluído o julgamento, será iniciada a fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar e, se for o caso, das subsequentes, na forma da lei e deste Edital.

## 8 - DA FASE DE HABILITAÇÃO

**8.1** - A habilitação será exigida exclusivamente da licitante classificada em primeiro lugar, nos termos do art. 63 da Lei nº 14.133/2021, e será verificada por meio do SICAF e da documentação complementar exigida neste Edital e em seus Anexos.

**8.2** - Constatado documento vencido, ausente ou não abrangido pelo SICAF, a licitante será intimada para apresentação da documentação atualizada ou complementar, no prazo fixado pelo Agente de Contratação, admitida prorrogação, quando devidamente justificada, sem prejuízo da isonomia e nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

**8.3** - Para fins de habilitação, exigir-se-á a seguinte documentação:

**8.3.1** - Habilitação jurídica:

- a) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada, se for o caso: ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- d) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no registro competente da respectiva sede;







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

- e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: decreto de autorização para funcionamento no Brasil e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando exigível;
- f) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- g) Deverá haver compatibilidade entre o objeto social da licitante e o objeto desta contratação.

**8.3.2 - Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, na forma da lei;
- g) No caso de isenção ou não incidência de tributos relacionados ao objeto, a licitante deverá comprovar essa condição mediante documento idôneo expedido pelo órgão competente.

**8.4 - Qualificação técnica:**

**8.4.1 - Pessoa Jurídica:**

- a) Comprovação de registro ou inscrição da empresa no Conselho Profissional competente, conforme a natureza dos serviços contratados;
  - a.1) Caso a empresa não possua registro ou visto no Estado de Goiás, deverá providenciá-lo até a assinatura do Contrato, sob pena de inadimplemento;
- b) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a execução, pela empresa licitante, de objeto(s) compatível(eis), em características, quantidades e complexidade, com os serviços contratados, consistentes em execução de obras ou serviços de reforma ou construção em edificação comercial, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

c) Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, mediante apresentação do Atestado de Vistoria;

c.1) O Atestado de Vistoria poderá ser substituído por Declaração de Dispensa de Vistoria, na qual conste que o licitante conhece as condições locais para execução do objeto, ou que possui pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e comprometendo-se a não utilizar essa circunstância para quaisquer questionamentos futuros que ensejem discussões técnicas ou financeiras com a Contratante.

**8.4.2 - Responsáveis Técnicos:**

a) Comprovação de registro ativo no Conselho Profissional competente do(s) profissional(is) indicado(s) para assumir a responsabilidade técnica;

a.1) Caso o(s) profissional(is) indicado(s) não possua(m) registro ou visto no Estado de Goiás, deverá(ão) providenciá-lo antes da assinatura do Contrato, sob pena de inadimplemento;

b) Apresentação de atestado(s) de capacidade técnico-profissional, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado(s) no Conselho Profissional competente da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, comprovando que o(s) profissional(is) legalmente habilitado(s), indicado(s) para a prestação dos serviços, atuou(aram) como responsável(is) técnico(s) na execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta licitação, consistentes em execução de obras ou serviços de reforma ou construção em edificação comercial;

c) Os responsáveis técnicos e/ou membros da equipe técnica poderão pertencer ao quadro permanente da empresa licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal, para fins deste certame:

c.1) Sócio que comprove seu vínculo por intermédio de Contrato social ou estatuto social;

c.2) Administrador ou diretor;

c.3) Empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou

c.4) Prestador de serviços com Contrato escrito firmado com o licitante, ou com declaração de compromisso de vinculação contratual futura, caso o licitante se sagre vencedor desta licitação;

d) no decorrer da execução do objeto, os profissionais de que trata este subitem poderão ser substituídos, nos termos do art. 67, § 6º, da Lei nº 14.133/2021, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja previamente aprovada pela Administração.

**8.4.3 - Para fins da comprovação de que trata este item:**

a) Os atestados deverão referir-se a Contratos executados com características similares às do objeto desta licitação;

b) Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

c) A licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do Contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante, local em que foi executado o objeto contratado e outros documentos pertinentes.

**8.4.4 -** A Administração poderá promover diligência para verificar a autenticidade, veracidade, pertinência e suficiência dos documentos de qualificação técnica apresentados.

**8.5 - Qualificação econômico-financeira:**

**8.5.1 -** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou, se for o caso, certidão que comprove o regular processamento da recuperação judicial, na forma da lei;

**8.5.2 -** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, admitida, para empresa constituída há menos de 2 (dois) anos, a apresentação do balanço de abertura ou do último balanço patrimonial levantado;

**8.5.3 -** Comprovação de boa situação financeira da licitante, aferida com base em índices contábeis previstos no Edital, nos termos do art. 69 da Lei nº 14.133/2021;

**8.5.4 -** Caso a licitante apresente resultado igual ou inferior ao mínimo exigido em qualquer dos índices contábeis adotados, poderá ser exigido patrimônio líquido mínimo ou capital social mínimo, na forma prevista no Edital e na legislação aplicável.

**8.6 - Declarações complementares:**

**8.6.1 -** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;

**8.6.2 -** Declaração de cumprimento da reserva legal de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, quando aplicável;

**8.6.3 -** Declaração de que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, quando aplicável.

**8.7 -** A licitante deverá manter atualizados seus dados cadastrais no SICAF e apresentar a documentação complementar exigida sempre que solicitado, sob pena de inabilitação.

**8.8 -** O Agente de Contratação poderá promover diligências para esclarecimento ou saneamento de falhas formais, desde que não haja violação da isonomia entre os licitantes e que não se admita a substituição de documento que deveria ter sido apresentado originariamente, ressalvadas as hipóteses legalmente admitidas.

**8.9 -** A habilitação será realizada exclusivamente em relação à licitante classificada em primeiro lugar, podendo ser examinadas as subsequentes, na ordem de classificação, em caso de inabilitação da anterior.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**8.10** - Serão realizadas, para fins de habilitação e contratação, as consultas e verificações nos cadastros e sistemas oficiais pertinentes, inclusive aqueles destinados à verificação de sanções que impeçam a licitante de participar da licitação ou contratar com a Administração Pública.

**8.11** - Às microempresas e empresas de pequeno porte será assegurado, quando cabível, o prazo para regularização fiscal e trabalhista, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

**8.12** - As condições de habilitação deverão ser mantidas durante toda a execução contratual, cabendo à contratada comprovar sua regularidade sempre que solicitado pela Administração.

**9 - DOS RECURSOS**

**9.1** - A interposição de recursos contra atos da Administração relacionados ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação, à revogação ou à anulação da licitação observará o procedimento previsto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

**9.2** - O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contado do primeiro dia útil subsequente à intimação ou à lavratura da ata, conforme o caso, considerando-se realizada a intimação:

**9.2.1** - Na data da divulgação, no sistema Compras.gov.br, da ata de julgamento das propostas;

**9.2.2** - Na data da divulgação, no sistema Compras.gov.br, da ata de habilitação ou inabilitação; e

**9.2.3** - Na data da publicação, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, do ato de revogação ou de anulação da licitação, observado o horário oficial de Brasília-DF.

**9.3** - A apresentação do recurso será realizada exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, em campo próprio, de forma fundamentada e tempestiva.

**9.4** - O recurso será dirigido ao Agente de Contratação, que poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis ou, não o fazendo, encaminhá-lo à autoridade competente, a quem caberá proferir decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**9.5** - Os demais licitantes serão intimados da interposição do recurso por meio do sistema eletrônico e poderão apresentar contrarrazões no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da intimação, assegurado o acesso aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**9.6** - Os recursos terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos do art. 165, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

**9.7** - Serão inadmitidos os recursos interpostos intempestivamente ou sem a devida fundamentação.

**9.8** - O provimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento, preservando-se os demais atos válidos, nos termos do art. 165, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

**10 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**10.1** - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os prazos recursais, o processo será encaminhado à autoridade competente para:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**10.1.1** - Adjudicar o objeto da licitação à licitante vencedora, quando cabível; e

**10.1.2** - Homologar o resultado da licitação, após verificação da regularidade, legalidade e conformidade dos atos praticados no procedimento.

**10.2** - Na hipótese de inexistência de recursos, o Agente de Contratação poderá adjudicar o objeto à licitante vencedora e encaminhar o processo à autoridade competente para homologação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.3** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito subjetivo à contratação, permanecendo a celebração do Contrato condicionada à conveniência e oportunidade da Administração, à manutenção das condições de habilitação e à existência de disponibilidade orçamentária, nos termos da legislação aplicável.

**11 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**11.1** - Após a homologação da licitação, será celebrado Termo de Contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021, contendo as cláusulas obrigatórias e as condições estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência, no Projeto Básico e na proposta da contratada.

**11.2** - A adjudicatária será convocada para assinar o Contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da convocação, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**11.2.1** - Admite-se a assinatura eletrônica, na forma admitida pela Administração.

**11.2.2** - O Contrato poderá ser encaminhado por meio eletrônico, devendo ser devolvido assinado no prazo previsto no subitem 11.2.

**11.2.3** - O prazo para assinatura poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada da adjudicatária e aceitação pela Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**11.3** - A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, de forma a assegurar a plena execução do objeto.

**11.3.1** - O prazo para execução dos serviços será de até 150 (cento e cinquenta) dias corridos, contados a partir do recebimento formal da ordem de serviço emitida pela Contratante, compreendendo as etapas de elaboração do projeto executivo, reforma e ampliação.

**11.3.2** - O prazo para execução dos serviços deverá observar como data-limite o dia 31 de outubro de 2026, desde que tal prazo esteja compreendido dentro da vigência contratual.

**11.3.3** - Caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente estabelecido, será admitida prorrogação por tempo compatível com a sua conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que não configurada inadimplência da Contratada.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**11.4** - Antes da assinatura do Contrato, a Administração verificará a manutenção das condições de habilitação da adjudicatária, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista e à ausência de impedimentos para contratar com a Administração.

**11.5** - Caso a adjudicatária não comprove a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, poderá ser convocada a licitante subsequente, observada a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**11.6** - No ato da assinatura, a contratada deverá manter válidos e atualizados os documentos exigidos para habilitação, bem como cumprir as condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

**11.7** - O não atendimento à convocação para assinatura, a recusa injustificada em celebrar o Contrato ou a perda das condições de habilitação acarretará a decadência do direito à contratação, facultada à Administração a convocação das licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, sem prejuízo das sanções cabíveis.

**12 - DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**12.1** - Constitui infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o cometimento, pelo licitante ou pela contratada, de quaisquer das condutas nele previstas, entre outras estabelecidas em lei, especialmente:

**12.1.1** - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou para a contratação;

**12.1.2** - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

**12.1.3** - Não celebrar o Contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**12.1.4** - Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do Contrato;

**12.1.5** - Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

**12.1.6** - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

**12.1.7** - Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

**12.1.8** - Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

**12.2** - A apuração das infrações administrativas e a aplicação das respectivas sanções observarão o devido processo legal, com instauração de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**12.3** - Serão consideradas, na aplicação das sanções, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, e a situação econômica do infrator, quando cabível.

**12.4** - Poderão ser aplicadas as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133/2021:

**12.4.1** - Advertência;

**12.4.2** - Multa;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**12.4.3** - Impedimento de licitar e contratar;

**12.4.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.5** - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outra sanção, observados os limites e critérios estabelecidos no Edital, no Termo de Referência, no Contrato e na legislação aplicável.

**12.5.1** - Na fase licitatória, a multa poderá incidir sobre o valor estimado da contratação, conforme a natureza da infração.

**12.5.2** - Na fase contratual, a multa poderá incidir sobre o valor do Contrato, da parcela inadimplida ou da obrigação afetada, conforme a natureza da infração e a disciplina específica constante do Contrato.

**12.6** - A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada nas hipóteses previstas em lei, inclusive nos casos de descumprimento injustificado da proposta ou de recusa injustificada em assinar o Contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**12.7** - A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada nas hipóteses de maior gravidade previstas na Lei nº 14.133/2021, especialmente quando configuradas fraude, simulação, conluio ou prática de atos ilícitos graves contra a Administração Pública.

**12.8** - Será assegurado prazo de 15 (quinze) dias úteis para apresentação de defesa prévia, contado da intimação do ato que instaurar o processo de responsabilização.

**12.9** - Das decisões que aplicarem advertência, multa ou impedimento de licitar e contratar caberá recurso administrativo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação.

**12.10** - Da decisão que aplicar a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar caberá pedido de reconsideração, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da intimação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**12.11** - O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**12.12** - A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração.

**12.13** - As penalidades aplicadas serão registradas nos cadastros e sistemas oficiais pertinentes, na forma da legislação vigente.

**12.14** - As sanções relacionadas à execução contratual, inclusive hipóteses de multa, gradação, base de cálculo e demais repercussões específicas, observarão também as disposições constantes do Termo de Referência e da minuta contratual.

**13 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**13.1** - Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, até 3 (três) dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 164 da referida Lei.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**13.2** - Os pedidos de esclarecimento sobre o conteúdo deste Edital e de seus Anexos deverão ser apresentados até 3 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3** - As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados por meio eletrônico, no canal indicado no sistema Compras.gov.br e/ou para o endereço eletrônico informado no Edital.

**13.4** - A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sistema eletrônico e, quando cabível, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no prazo legal, vinculando os participantes e a Administração.

**13.5** - O acolhimento da impugnação implicará, quando necessário, a retificação do Edital e a redesignação da data da sessão pública, observados os prazos legais de publicidade.

**13.6** - A impugnação e o pedido de esclarecimento não terão efeito suspensivo automático, cabendo à Administração avaliar a necessidade de suspensão do certame em razão do seu conteúdo e de eventual necessidade de retificação do Edital.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**14.1** - A ata de cada etapa da sessão pública será divulgada no sistema eletrônico Compras.gov.br, imediatamente após o seu encerramento, na forma da legislação vigente. Quando cabível, os atos pertinentes também serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

**14.2** - Não havendo expediente na data designada ou ocorrendo fato superveniente que impeça a realização da sessão pública, esta será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico, salvo comunicação diversa do Agente de Contratação, devidamente justificada e registrada no sistema.

**14.3** - O Agente de Contratação poderá suspender a sessão pública, mediante justificativa registrada no sistema eletrônico, indicando a nova data e o horário para sua reabertura.

**14.4** - Todas as referências de tempo constantes deste Edital, de seus Anexos e da sessão pública observarão o horário oficial de Brasília-DF.

**14.5** - O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO poderá revogar a presente licitação por motivo de conveniência e oportunidade, ou anulá-la, de ofício ou mediante provocação de terceiros, em caso de ilegalidade, mediante decisão devidamente motivada, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**14.6** - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito subjetivo à contratação.

**14.7** - Os casos omissos deste Edital serão resolvidos pelo Agente de Contratação, com apoio dos setores competentes e, quando necessário, da autoridade competente, à luz da Lei nº 14.133/2021, dos princípios aplicáveis à Administração Pública e das disposições constantes dos documentos da contratação.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**14.8** - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, a isonomia, a finalidade, a segurança da contratação e a seleção da proposta apta e mais vantajosa para a Administração.

**14.9** - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas, não cabendo ao Crea-GO qualquer responsabilidade por essas despesas, independentemente da condução ou do resultado do certame.

**14.10** - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, iniciando-se e vencendo-se os prazos somente em dias úteis de expediente administrativo.

**14.11** - O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da habilitação, a compreensão da proposta, a validade do ato ou a isonomia entre os licitantes não importará, por si só, no afastamento do licitante, desde que seja possível o saneamento na forma da lei.

**14.12** - Em caso de divergência entre as disposições deste Edital e de seus Anexos:

**14.12.1** - Prevalecerão as regras do Edital quanto ao procedimento, aos prazos, ao julgamento, à habilitação, aos recursos e às demais disposições de rito;

**14.12.2** - Prevalecerão o Termo de Referência, o Projeto Básico e os demais documentos técnicos quanto às especificações do objeto, escopo, métodos executivos, padrões de desempenho, critérios de medição e requisitos técnicos de aceitação.

**14.13** - Este Edital e seus Anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sistema Compras.gov.br e no sítio eletrônico oficial do Crea-GO.

**14.14** - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

**14.14.1** - Anexo I – Projeto Básico;

**14.14.2** - Anexo II – Termo de Referência;

**14.14.3** - Anexo III – Modelo de Atestado de Vistoria;

**14.14.4** - Anexo IV – Modelo de Dispensa de Vistoria;

**14.14.5** - Anexo V – Modelo de Proposta Comercial;

**14.14.6** - Anexo VI – Minuta de Termo de Contrato.

Goiânia, 3 de jun de 2026.

**Antonio Carlos Costa de Holanda**  
Área de Edital e Termo de Referência  
Departamento de Licitação





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO I - PROJETO BÁSICO**

**15 - DO OBJETO**

**15.1** - O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada para a elaboração do projeto executivo e a execução da obra de reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, situada no município de Jataí-GO.

**15.2** - O escopo dos serviços compreende, entre outras atividades: vistoria técnica inicial; elaboração do projeto executivo completo; reforma da edificação existente e ampliação da Inspeção do Crea-GO, nos termos deste **Projeto Básico**, do Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

**16 - CONDIÇÕES GERAIS**

**16.1** - O licitante deverá, sob sua exclusiva responsabilidade, atestar o conhecimento prévio do local de execução e das condições da obra ou serviço, sendo-lhe assegurado o direito à realização de vistoria técnica, conforme as orientações e datas indicadas no Edital.

**16.2** - A realização da vistoria poderá ser substituída, a critério do licitante, por declaração formal assinada por seu responsável técnico legalmente habilitado, com a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), atestando conhecimento pleno das condições locais, peculiaridades da execução e demais elementos necessários à formulação da proposta.

**16.3** - Estarão anexadas aos autos da licitação as planilhas orçamentárias com quantitativos estimados de materiais e serviços, com caráter meramente referencial. Os quantitativos finais serão definidos no projeto executivo a ser elaborado e aprovado previamente ao início da execução. A Contratante arcará apenas com os quantitativos efetivamente executados e aceitos.

**16.4** - É de inteira e exclusiva responsabilidade da Contratada o fornecimento de todos os materiais, mão de obra, equipamentos auxiliares, insumos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários e demais despesas necessárias à perfeita execução dos serviços, em conformidade com este **Projeto Básico** e os demais documentos técnicos da contratação.

**16.5** - Todos os materiais a serem utilizados deverão ser novos, de primeira qualidade, estar em conformidade com as normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), em especial as aplicáveis ao desempenho e segurança das edificações, e terão sua aplicação condicionada à aprovação expressa pelos representantes da Contratante, designado para acompanhamento e fiscalização do Contrato.

**16.6** - O aceite dos serviços e materiais será formalizado por registro no Diário de Obra. Materiais reprovados deverão ser retirados do local da obra em no máximo **2 (dois) dias úteis**, sem ônus adicional à Contratante.

**16.7** - Nenhuma modificação, ajuste ou acréscimo de escopo poderá ser executado sem autorização formal e prévia da Contratante, devidamente registrada no Diário de Obra, e, quando aplicável, formalizada por termo aditivo contratual.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**16.8** - A Contratada deverá observar integralmente todas normas legais e regulamentares federais, estaduais, municipais, ambientais e técnicas aplicáveis à execução do objeto, inclusive as normas de segurança, saúde do trabalho e acessibilidade.

**16.9** - A eventual subcontratação de parte dos serviços deverá ser previamente autorizada pela Contratante, mediante solicitação formal e apresentação da documentação técnica e jurídica da empresa subcontratada, permanecendo a Contratada integralmente responsável pela perfeita execução do objeto.

**16.10** - A Contratada deverá manter e atualizar Diário de Obra em formato digital, conforme modelo disponibilizado pela Contratante, com registros quinzenais das atividades executadas, imagens, assinaturas dos responsáveis e envio eletrônico até o primeiro dia útil da semana subsequente à quinzena de referência.

**16.11** - Todas as comunicações relevantes relacionadas à execução contratual deverão ser arquivadas pela Contratada, inclusive em meio eletrônico, mantendo canal institucional de e-mail ativo e atualizado para comunicação formal com a Contratante, o qual deverá ser informado até a assinatura do Contrato.

**17 - INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS**

**17.1** - A Contratada poderá armazenar materiais, ferramentas e equipamentos necessários à execução dos serviços na própria Casa de Engenharia, Inspeção do Crea-GO, em Jataí-GO, em espaço a ser indicado pela Contratante, condicionado à autorização expressa dos Fiscais do Contrato. Caso seja necessária a utilização de outro local, deverá haver solicitação formal da Contratada e aprovação prévia da Contratante. Em qualquer hipótese, a Contratada será responsável pela organização, segurança, limpeza, conservação e posterior desmobilização das áreas utilizadas, sem ônus para a Contratante.

**17.2** - O consumo de água, energia elétrica e uso da rede de esgoto durante a execução contratual será realizado a partir das instalações existentes no imóvel, cujos custos serão arcados pela Contratante. Caberá à Contratada adotar medidas de uso racional, controle de consumo e prevenção de desperdícios, respondendo por eventuais excessos que decorrem de negligência ou uso inadequado.

**17.3** - A execução dos serviços, inclusive no que se refere às instalações provisórias, deverá observar integralmente a legislação urbanística, ambiental e técnica vigente, bem como as normas expedidas pelas concessionárias de serviços públicos e pelos órgãos reguladores competentes, especialmente no que se refere à segurança, integridade das instalações, acessibilidade, descarte de resíduos e ocupação de áreas comuns. A Fiscalização do Contrato poderá emitir orientações complementares para assegurar adequada ocupação e utilização dos espaços, as quais deverão ser prontamente atendidas pela Contratada.

**18 - SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS**

**18.1 - Projeto Executivo:** elaboração do projeto executivo completo, contemplando pranchas estruturais, hidrossanitárias e elétricas, acompanhado de memorial descritivo contendo todas as informações técnicas necessárias para a execução integral da obra. O projeto executivo deverá ser submetido previamente à aprovação da Contratante antes do início da execução física.

**18.1.1 - Projeto estrutural:** deverá conter o *as built* da edificação existente, incluindo a área de ampliação a ser executada, com apresentação de: planta de locação de lajes, pilares, vigas e fundações;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

detalhamentos, cortes e especificações construtivas necessários para adequada execução; e memorial descritivo com diretrizes e orientações técnicas. O projeto deverá ser elaborado por engenheiro civil ou arquiteto, acompanhado da respectiva ART ou RRT.

**18.1.2 - Projeto hidrossanitário:** deverá apresentar o *as built* das instalações existentes, incluindo a área ampliada, contendo: diagramas, isométricos e pontos de consumo; detalhamento dos sistemas de água fria, esgoto sanitário e águas pluviais; e memorial descritivo com orientações completas de instalação. Deverá ser elaborado por engenheiro civil ou arquiteto, com a respectiva ART ou RRT.

**18.1.3 - Projeto elétrico:** deverá apresentar o *as built* das instalações elétricas existentes, incluindo a área a ser ampliada, contendo: distribuição de circuitos, quadros, cargas e diagramas unifilares; detalhamento de pontos, eletrodutos, seções de cabos e dispositivos de proteção; e memorial descritivo com orientações para adequações e novas instalações. Este projeto deverá ser elaborado por engenheiro eletricitista, com a respectiva ART.

**18.2 - Proteção e responsabilidade sobre mobiliário:** durante toda a execução da obra de reforma e ampliação, o mobiliário da Inspeção permanecerá sob responsabilidade da Contratada.

**18.2.1 -** O mobiliário poderá ser realocado para viabilizar a execução dos serviços, devendo ser integralmente protegido com lona plástica do tipo metra, com espessura mínima de 200 micras, garantindo sua integridade contra poeira, respingos, impacto e danos diversos;

**18.2.2 -** Qualquer mobiliário danificado, manchado ou que apresente avaria decorrente de má utilização, manuseio inadequado ou ausência de proteção deverá ser imediatamente comunicado à Contratante. O valor correspondente ao item danificado, conforme Termo de Responsabilidade, será abatido diretamente na medição de pagamento subsequente ao comunicado.

**18.3 - Reforma e Ampliação:** adequação da edificação existente, com a construção de novos ambientes, como sala para profissional, sala de reuniões e sala administrativa; manutenção dos sistemas hidrossanitário e elétrico; revisão da cobertura e correção de vazamentos; pintura de paredes e teto; substituição de lâmpadas fluorescentes por luminárias de LED; troca de portas danificadas; instalação de pontos de infraestrutura para câmeras e automação dos aparelhos de ar-condicionado; e substituição dos aparelhos de ar-condicionado existentes. As revisões previstas devem ser realizadas minuciosamente e, caso haja necessidade de reparo, a Contratada deverá comunicar a Contratante imediatamente. A ampliação compreenderá, ainda, a construção dos ambientes contemplados no anexo de ampliação, tais como auditório, área de convivência, sanitários de apoio ao auditório e sanitário acessível, em conformidade com as normas de acessibilidade vigentes.

**18.3.1 - Demolições e construções:**

**a) Demolições:** as paredes indicadas para demolição no projeto deverão ser removidas com o devido cuidado técnico, garantindo a integridade das áreas adjacentes. O entulho gerado deverá ser transportado, acondicionado em caçambas apropriadas e destinado corretamente como resíduo da construção civil, em conformidade com as normas ambientais e regulamentos municipais.

**b) Vãos demolidos:** os vãos resultantes das demolições deverão ser requadrados, garantindo alinhamento, prumo e nivelamento adequados, conforme especificações do projeto e boas práticas construtivas.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

c) **Alvenaria:** executar as alvenarias de fechamento conforme indicado no projeto, atendendo às orientações da NBR 15961 (Execução e Controle de Alvenaria Estrutural), ou outra norma aplicável ao tipo de alvenaria definido no projeto. O acabamento deverá ser composto por: chapisco, conforme NBR 7200; e reboco, conforme NBR 1374, observando-se as boas práticas de execução e garantindo superfície uniforme para posterior aplicação dos revestimentos.

**18.3.2 - Esquadrias:**

a) **Existentes:** todas as esquadrias existentes deverão ser revisadas, incluindo: fechaduras, fechos, trincos, borrachas e elementos de vedação.

a.1) **Peitoris:** todos os sistemas de vedação em peitoris deverão ser reforçados ou refeitos, eliminando qualquer possibilidade de infiltração.

a.2) **Portas de vidro (Sala do Profissional e Sala de Reuniões):** deverão ser revisadas integralmente, compreendendo correção de peças de fixação, fechaduras, fechos, trincos e puxadores.

a.3) **Portas de madeiras:** deverão ser revisadas por completo, com correção de alinhamento, lubrificação e substituição de ferragens quando necessário.

b) **Novas esquadrias:** deverão ser fabricadas conforme projeto executivo aprovado.

b.1) **Porta de entrada da Inspeção:** as duas portas de vidro existentes na entrada deverão ser removidas e substituídas por portas novas, com 2 cm a menos de altura que as atuais. As novas portas deverão possuir características equivalentes e receber película insulfilm com: 100% de proteção contra raios UV; retenção de I.R. de 54,6%; e transparência de 18,2%.

b.2) **Mola de porta:** deverá ser substituída por componente novo, acompanhada de nota fiscal, garantia e demais documentos comprobatórios, que deverão ser encaminhados ao Gestor do Contrato para arquivamento.

**18.3.3 - Manutenção:**

a) **Manchas decorrentes de umidade:** quando forem identificadas manchas em paredes ou tetos causadas por umidade, a Contratada deverá realizar inspeção das instalações próximas, incluindo drenos de aparelhos de ar-condicionado, tubulações e demais elementos, para identificar e sanar previamente as causas da infiltração. Nos casos de umidade ascendente, a Contratada deverá proceder ao tratamento adequado, compreendendo:

a.1) Raspagem completa da pintura existente;

a.2) Aplicação de produto impermeabilizante apropriado sobre o reboco (sikatom ou similar); e

a.3) Somente após a conclusão e secagem do tratamento, realização da nova pintura no local.

Antes da etapa de pintura, o processo de impermeabilização deverá ser submetido à aprovação da Contratante.

**18.3.4 - Pintura:** executar todos os serviços de preparação, correção e pintura das superfícies internas e externas, observando as boas práticas de engenharia e as recomendações dos fabricantes dos materiais.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**a) Reparos de trincas internas:** constatada a existência de trincas ou fissuras com abertura superior a 1 mm, deverá ser realizado o seguinte tratamento: abertura da trinca, limpeza com remoção total de pó, aplicação de selante acrílico apropriado, colocação de fita telada sobreposta à fissura, aplicação de massa para nivelamento e posterior pintura.

**b) Reparos de trincas externas:** constatada a existência de trincas ou fissuras com abertura superior a 1 mm em paredes externas, deverá ser realizada a retirada da camada de textura existente, abertura da trinca, limpeza completa, aplicação de selante acrílico, instalação de fita telada, seguida de duas demãos de fundo preparador e posterior aplicação de pintura texturizada, conforme padrão existente.

**c) Pintura interna:** todas as paredes internas deverão ser integralmente lixadas para remoção da camada anterior de tinta. Em seguida, deverá ser realizada a preparação com massa PVA, incluindo correção de imperfeições em paredes, tetos e cantos de encontro. Após o lixamento final, aplicar duas demãos de tinta látex PVA em toda a área interna.

**c.1) Cores internas:** as paredes que deverão ser pintadas na cor azul, conforme projeto, deverão receber tinta Azul Puro (Coral) ou equivalente que mantenha mesma tonalidade, condicionada à aprovação prévia da Contratante. As demais paredes deverão receber pintura na cor Branco Gelo, com tinta Suvinil ou equivalente de qualidade. Os tetos deverão receber pintura acrílica na cor Branco Gelo, também com tinta Suvinil ou equivalente.

**d) Pintura externa:** todas as superfícies externas dos muros deverão ser repintadas com duas demãos de fundo preparador seguidas de duas demãos de textura na cor Branco Neve, garantindo uniformidade e durabilidade.

**d.1) Cores externas:** as paredes deverão receber textura branco neve e, na parede da fachada que abriga o letreiro deverá receber pintura, em no mínimo duas demãos, até cobrir a textura por completo, com a tinta Azul Puro (Coral) ou equivalente que mantenha mesma tonalidade, condicionada à aprovação prévia da Contratante.

**e) Pisos cimentados:** os pisos cimentados, internos e externos receberão pintura especial para piso na cor cinza, após recuperação de trincas e limpeza com hidrojato, retirando todas as impurezas. Antes da aplicação da pintura de pisos, deve ser aplicado fundo preparador no mesmo, em 2 demãos.

**18.3.5 - Cobertura:**

**a) Testes de infiltração:** Antes do início dos reparos nos telhados deve ser realizado teste com jato d'água sob pressão para verificar eventuais infiltrações nos tetos, a partir do teste verificar os pontos de infiltração para correção.

**b) Estrutura do telhado:** revisão completa da estrutura do telhado, verificando o estado das tesouras, caibros e demais elementos estruturais, identificando possíveis danos ou desgastes e executando os reparos e reforços necessários.

**c) Telhas:** revisão geral das telhas, substituindo aquelas que apresentarem danos. Verificar a presença e o estado dos parafusos e borrachas de fixação, substituindo os que estiverem ausentes, enferrujados, danificados ou com borrachas ressecadas. Executar a vedação dos parafusos com borracha líquida ou material similar. A revisão inclui a substituição de até 3 unidades de telhas, parafusos e borrachas.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**d) Calhas e rufos:** revisão completa de calhas e rufos, incluindo correção de níveis, desamassamento e fixação adequada das abas, com vedação nas platibandas para impedir a entrada de águas pluviais. Nos casos em que houver fixação com parafusos, estes deverão ser removidos para preenchimento interno entre rufos e platibandas com material vedante (selantes específicos para calhas e rufos) e, posteriormente, fixados novamente. As calhas deverão possuir caimento suficiente para os tubos de queda e, caso haja emendas, deve haver a substituição do trecho por novos.

**e) Platibandas:** todas as platibandas deverão receber aplicação de tinta acrílica texturizada, incluindo as áreas de vedação dos rufos e calhas.

**f) Marquises:** as marquises deverão receber a substituição integral da impermeabilização antiga, mediante remoção completa da camada existente e execução de nova impermeabilização conforme NBR 9574:2021 (Execução de Impermeabilização), aplicando no mínimo duas camadas de impermeabilizante, dispostas de forma cruzada, com camada de proteção mecânica e, posteriormente, pintura com tinta acrílica texturizada.

**g) Construção de nova cobertura:** a área destinada à ampliação deverá contemplar, no projeto executivo, todas as especificações relativas à nova cobertura, incluindo estrutura, materiais e drenagem pluvial. A cobertura deverá ser executada com estrutura metálica, dimensionada conforme normas técnicas aplicáveis e as cargas previstas.

**g.1)** Deverão ser instaladas calhas e rufos metálicos, devidamente dimensionados para garantir o escoamento eficiente das águas pluviais, com número de pontos de descida e seção hidráulicas adequadas à precipitação média do município. A drenagem deverá ser conduzida de maneira segura, evitando infiltrações, retornos ou acúmulo de água sobre a estrutura. A tubulação de descida deve ser externa a edificação.

**g.2)** A cobertura deverá utilizar telhas térmicas tipo sanduíche, contendo núcleo em EPS e acabamento adequado nas extremidades para proteção do material isolante, garantindo maior durabilidade, estanqueidade e desempenho termoacústico.

**18.3.6 - Instalações hidrossanitárias:** realizar verificação completa das instalações hidrossanitárias da edificação, executando ajustes, correções e limpeza sempre que necessário.

**a) Aparelhos sanitários:** realizar inspeção de todos os aparelhos sanitários, incluindo bacias sanitárias, assentos, caixas de descarga, dispositivos de descarga direta, torneiras, sifões, registros, vedantes e demais componentes. Verificar o funcionamento e, constatados vazamentos ou anomalias, executar os reparos indispensáveis para garantir o pleno desempenho dos equipamentos.

**b) Caixas de passagem:** revisar todas as caixas de passagem, avaliando o caimento das tubulações, eventuais obstruções ou danos. Realizar a limpeza interna completa e verificar as condições das tampas; quando apresentarem danos, deverão ser substituídas ou refeitas.

**c) Louças e metais:** revisar as fixações e vedações das louças e dos metais sanitários, especialmente nos apoios das bacias sanitárias, corrigindo infiltrações e ajustando elementos soltos ou desgastados.

**d) Acessórios:** os sanitários acessíveis, deverão conter: torneira acessível, com acionamento por alavanca; instalação de barras de apoio, lixeira sem tampa e alarme audiovisual, obedecendo às orientações da normativa de acessibilidade NBR 9050.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**18.3.7 - Revestimento de piso e parede cerâmico:** revisar os revestimentos cerâmicos existentes, assegurando o perfeito estado de uso e acabamento.

**a) Cerâmicas:** revisar todas as peças cerâmicas. Caso sejam identificadas peças trincadas, quebradas, com som cavo ou com sinais de estufamento, a Contratada deverá avaliar a necessidade de substituição, submetendo a decisão à aprovação prévia da Contratante.

**b) Rejuntas:** refazer integralmente os rejuntas dos pisos e paredes cerâmicos, mediante remoção completa do rejunte antigo e aplicação de novo material. O rejunte deverá ser da marca Quartzolit ou de qualidade equivalente. A aplicação deverá ser realizada com cuidado para evitar danos ou riscos às peças cerâmicas.

**18.3.8 - Instalações elétricas:** verificar todos os pontos de energia da edificação, certificando-se de que estejam em pleno funcionamento. Caso identificadas tomadas ou interruptores sem funcionamento, deverão ser executados os reparos necessários, incluindo substituição do ponto, correção de fiação, conexões e demais componentes elétricos, assegurando a conformidade com as normas vigentes.

**a) Pontos elétricos expostos:** todos os pontos elétricos atualmente instalados em conduletes externos deverão ser readequados para instalações embutidas na parede, com substituição de eletrodutos, caixas e fiação quando necessário, garantindo segurança, estética e conformidade com as normas técnicas.

**b) Quadro elétrico:** deverá ser inspecionado integralmente, incluindo barramentos, disjuntores, conexões e dispositivos de proteção. A Contratada deverá: revisar e corrigir eventuais anomalias nas instalações internas; realizar a identificação de todos os circuitos e identificar os pontos atendidos por circuito. Deverão ter circuitos próprios: aparelhos de ar-condicionado, com máximo de dois equipamentos por disjuntor, e a iluminação externa (refletores).

**c) Acabamentos elétricos:** todos os acabamentos elétricos (espelhos, placas, tampas) deverão ser substituídos por novos, da linha Tramontina ou equivalente em qualidade, compatíveis com cada ponto (tomadas, interruptores, teclas, etc.).

**d) Iluminação:** todas as luminárias existentes deverão ser substituídas por luminárias do tipo plafon ou modelos equivalentes, equipadas com lâmpadas LED, garantindo maior eficiência energética e melhor iluminação dos ambientes.

**18.3.9 - Combate a incêndio:** verificar todos os componentes do sistema de combate a incêndios existentes na edificação, atendendo às normas do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás (CBMGO) e demais regulamentações aplicáveis.

**a) Placas de sinalização:** revisão das placas de sinalização de emergência e combate a incêndio. Na ausência de sinalizações obrigatórias, ou quando apresentarem desgaste, ilegibilidade ou não conformidade com as normas do CBMGO, a Contratada deverá fornecer e instalar as sinalizações adequadas, conforme padrão vigente.

**b) Extintores:** revisar as condições de fixação dos suportes de extintores, faixas de sinalização no piso ou parede e demais complementos. Caso qualquer desses elementos apresente danos, comprometimento da fixação ou não conformidade, deverá ser realizada sua substituição por componentes novos, devidamente certificados.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**c) Iluminação de emergência:** verificar o funcionamento de todos os pontos de iluminação de emergências existentes, incluindo autonomia das baterias, fixação, integridade física e luminosidade mínima exigida. Nos casos de falha, ausência de equipamento ou não conformidade com as normas do CBMGO, a Contratada deverá fornecer, substituir ou reparar as luminárias de emergência, garantindo pleno funcionamento e atendimento às exigências legais.

**18.3.10 - Instalações de rede lógica:** verificar todos os pontos de rede da edificação, assegurando seu pleno funcionamento e conformidade com a NBR 14565 – Cabeamento de Telecomunicações para Edifícios Comerciais. Todas as instalações deverão ser embutidas em eletrodutos adequados, localizados em paredes, pisos e sobre laje, conforme solução prevista no projeto.

**a) Pontos de rede expostos:** todos os pontos de rede atualmente instalados em condutores ou eletrocalhas externas deverão ser readequados para instalações embutidas, mediante substituição de eletrodutos, caixas e cabeamento, garantindo segurança, organização estética e atendimento às normas técnicas.

**b) Rede de Internet:** nos pontos indicados no projeto, deverão ser instalados pontos de rede estruturada utilizando cabo Categoria 6 (Cat.6) CM UTP, partindo do rack existente até os pontos de consumo. O cabo deverá ser crimpado com RJ45 macho em ambas as extremidades. No ponto final, deverá ser instalada caixa 4x2" com tampa específica para tomada de dados (RJ45 fêmea). No rack, as conexões deverão ser devidamente identificadas.

**c) CFTV:** nos pontos indicados no projeto, internos e externos, deverão ser instaladas as infraestruturas para câmeras de segurança, utilizando cabo Cat.6 CM UTP partindo do rack existente. Os cabos deverão ser crimpados com RJ45 macho nas duas extremidades. No rack, cada ponto deverá ser claramente identificado, e deverá ser deixada folga mínima de 50 cm de cabo para organização e manutenções futuras.

**d) Automação de ar-condicionado:** nos pontos indicados no projeto de instalação dos aparelhos, deverá ser executada infraestrutura dedicada utilizando cabo Cat.6 CM UTP partindo do rack existente. As extremidades não deverão ser crimpadas, permanecendo soltas dentro de caixa 4x2" com tampa cega, posicionada atrás do aparelho. No rack deverá ser deixada folga mínima de 50 cm de cabo para organização e ajustes futuros. Antes do fechamento da caixa e instalação do ar-condicionado, o Fiscal do Contrato deverá realizar inspeção e autorizar a continuidade dos serviços.

**18.3.11 - Ar-condicionado:** todos os aparelhos de ar-condicionado existentes deverão ser substituídos por novos equipamentos, de alta eficiência energética, marca de qualidade reconhecida e capacidade conforme tabela de composição de custos e projeto, bem como deverão ser fornecidos e instalados aparelhos de ar-condicionado para os novos ambientes decorrentes da ampliação, conforme dimensionamento do projeto executivo. As obrigações da Contratada abrangem o fornecimento, instalação, testes e comissionamento de todos os equipamentos.

**a) Drenos:** deverão ser revisados e, quando incompatíveis com os novos aparelhos, deverão ser completamente substituídos.

**a.1)** Os pontos finais dos drenos devem lançar água em área permeável (grama ou brita) e os pontos atuais sem extensão adequada deverão ser complementados e embutidos em paredes ou pisos, assegurando perfeito escoamento e acabamento.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**b) Garantia:** a Contratada deverá apresentar garantia mínima de 1 (um) ano para o equipamento e a instalação, com documentação formal encaminhada ao Gestor do Contrato para arquivamento no processo.

**18.3.12 - Mastros e refletores:** deverão ser instalados novos mastros e refletores destinados à iluminação das bandeiras e das fachadas da edificação, conforme especificações do projeto executivo.

**a) Mastros:** os três mastros existentes deverão ser removidos devido ao avançado estado de corrosão e comprometimento estrutural. Deverão ser fornecidos e instalados novos mastros metálicos, resistentes às intempéries, com pintura eletrostática anticorrosiva na cor branca, obedecendo ao posicionamento e especificações definidas no projeto executivo.

**b) Refletores:** deverão ser fornecidos e instalados refletores fotovoltaicos, com painel solar integrado, bateria interna, sensor crepuscular para acionamento automático noturno e desligamento automático durante o dia. Cada refletor deverá ser instalado sobre base de concreto e protegido por estrutura tipo gaiola metálica, com abertura para manutenção e fechamento com cadeado, garantindo segurança contra vandalismo ou danos acidentais. A luminária deverá possuir potência compatível com refletor de 110 W, luz branca, com fiação embutida em eletrodutos instalados no jardim, devidamente conduzida até o quadro elétrico, que deverá possuir disjuntor exclusivo para o circuito de refletores. Os refletores deverão ser posicionados da seguinte forma:

**b.1)** Dois refletores no jardim frontal, direcionados à fachada principal da Inspetoria;

**b.2)** Três refletores, sendo um para cada mastro, instalados em frente ao conjunto de mastros.

**18.3.13 - Letreiros da fachada:** os letreiros da fachada deverão ser totalmente recuperados, incluindo lixamento para remoção completa de corrosão e imperfeições, seguido de tratamento de superfície. Após o preparo, deverão receber pintura automotiva 3DMax, composta por: 1 (uma) camada de wash primer como base de aderência; aplicação de verniz PU (poliuretano); e duas camadas de tinta automotiva na cor Azul 287 C – PANTONE, ou similar, desde que previamente aprovada pela Contratante. Toda a pintura deverá apresentar alta resistência à corrosão e intempéries, garantindo durabilidade e uniformidade estética.

**a) Brasão e Minerva:** os elementos figurativos presentes na fachada deverão ser recuperados, incluindo correção de danos, eliminação total de pontos de corrosão e pintura com tinta automotiva anticorrosiva na mesma cor especificada para os letreiros (Azul 287 C – PANTONE, ou similar aprovado). Após a pintura, deverá ser aplicada impressão adesiva contendo as imagens restauradas, no mesmo tamanho, escala e definição dos originais, com película protetiva que preserve a nitidez e a durabilidade das cores.

**18.3.14 - Calçadas/passeio:** deverão ser refeitas as aberturas para juntas de dilatação e rejuntamento das calçadas; receber tratamento nas trincas com abertura, retirada de pós, e rejuntamento com groute; instalação de piso podotátil, conforme projeto, na cor preto; e pintura conforme orientações do item “pisos cimentados”.

**18.3.15 - Fundação, estrutura (vigas, pilares e lajes):** as fundações e elementos estruturais (vigas, pilares, lajes e demais componentes) deverão ser executados integralmente conforme o projeto executivo aprovado, atendendo às normas técnicas vigentes e às boas práticas de engenharia. A execução deverá seguir, obrigatoriamente: NBR 6118 – Projeto de Estruturas de Concreto; NBR 14931 – Execução de Estruturas de Concreto; e NBR 6122 – Projeto e Execução de Fundações. A Contratada é responsável por





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

garantir que todos os materiais empregados sejam certificados e compatíveis com as especificações do projeto executivo.

**18.3.16 - Impermeabilização:** as marquises, vigas baldrames, áreas molhadas e quaisquer elementos da edificação que demandem impermeabilização deverão seguir rigorosamente os critérios da: NBR 9575 – Impermeabilização e NBR 9574 – Execução de Impermeabilização.

a) A impermeabilização deverá ser aplicada em 2 (duas) demãos cruzadas, utilizando material de desempenho comprovado, como Sikatop, ou equivalente de qualidade certificada. Antes da aplicação, a superfície deverá ser preparada de acordo com as recomendações do fabricante, garantindo limpeza, regularização e umidade adequada. A execução deverá ser acompanhada pelo Fiscal do Contrato, que deverá aprovar a etapa antes de sua proteção mecânica ou revestimento final. A execução também deverá ser registrada em fotografias e no Diário de Obra.

**18.4 - Segurança do Trabalho:** cumprimento integral, pela Contratada, de todas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e das normas da ABNT relativas à segurança e saúde no trabalho. A Contratada deverá assegurar o fornecimento e uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), bem como acompanhar a execução das atividades para garantir a observância das normas por todos os profissionais alocados na obra.

**18.5 - Responsabilidade Técnica:** os profissionais responsáveis pelas etapas deverão registrar, previamente ao início dos serviços, as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART), assumindo integral responsabilidade técnica sobre a execução, nos limites de sua habilitação legal, inclusive quanto à destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados.

## 19 - RESPONSÁVEIS

**19.1 -** Este Projeto Básico foi elaborado pela Engenheira Civil **Maria Laura Santana Araujo de Lima**, Crea nº 1020617489/D-GO, lotada na **Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial**, matrícula nº 1286.

3 de junho de 2026.

**Eng. Civ. Maria Laura Santana Araujo de Lima**

Crea 1020617489/D-GO – Mat. 1286

Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA**

**1 - DA MODALIDADE**

**1.1 - Concorrência Eletrônica**, julgamento pelo critério de **maior desconto** sobre a planilha orçamentária de referência do **item único**, nos termos dos arts. 28, II, e 33, II, da Lei nº 14.133/2021.

**2 - DO OBJETO**

**2.1** - Constitui objeto deste **Termo de Referência** a contratação de empresa especializada, legalmente habilitada, para elaboração do projeto executivo e a execução da reforma e ampliação da Inspetoria do Crea-GO, localizada em Jataí - GO, compreendendo:

**2.1.1** - Elaboração do projeto executivo da Inspetoria do Crea-GO, em Jataí, contemplando pranchas estrutural, hidrossanitária e elétrica;

**2.1.2** - Execução de reforma e ampliação da Inspetoria do Crea-GO, em Jataí.

Item	Descrição	Valor total estimado (R\$)
1	Elaboração do projeto executivo da Inspetoria do Crea-GO, em Jataí, contemplando projetos estruturais, hidrossanitários e elétricos, bem como a execução da reforma e ampliação da Inspetoria do Crea-GO, em Jataí-GO, conforme Projeto Básico, ETP, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais anexos.	894.033,85

**2.2** - A licitação será realizada na modalidade **Concorrência**, em formato eletrônico, com fundamento nos arts. 6º, inciso XXXVIII, 28, inciso II, e 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de **maior desconto** (art. 33, inciso II), por se tratar de obra de engenharia com padrões objetivos de desempenho e qualidade definidos em projeto. A escolha da modalidade fundamenta-se na busca pela ampla competitividade e celeridade processual, observando-se o princípio do menor dispêndio para a Administração (art. 34) e o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade e desempenho exigidos.

**3 - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**3.1** - Os serviços especializados de engenharia objeto da contratação compreendem:

**3.1.1** - Elaboração do projeto executivo da edificação, que deverá contemplar pranchas estrutural, hidrossanitária e elétrica, com todos os detalhes necessários para a execução, bem como memorial descritivo contendo todas as informações técnicas necessárias à execução completa do serviço. O projeto estrutural e hidrossanitário deverá ser elaborado por engenheiro civil, e o projeto elétrico por engenheiro eletricista, com as respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica (ART).







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

a) O projeto executivo elaborado pela Contratada deverá conter lista completa de materiais, com os quantitativos finais necessários à execução integral dos serviços.

b) O projeto deve seguir as recomendações das normativas ABNT NBR 15575, 6118 e 9050.

**3.1.2** - Execução de reforma da edificação existente, com a construção de novos ambientes, como sala para profissional, sala de reuniões e sala administrativa; manutenção dos sistemas hidrossanitário e elétrico; revisão da cobertura e correção de vazamentos; pintura de paredes e teto; substituição de lâmpadas fluorescentes por luminárias de LED; troca de portas danificadas; instalação de pontos de infraestrutura para câmeras e automação dos aparelhos de ar-condicionado; e substituição dos aparelhos de ar-condicionado existentes.

**3.1.3** - Execução de ampliação, com a construção de auditório, área de lazer, sanitários de apoio à área de lazer e sanitário acessível, incluindo todos os sistemas hidrossanitários e elétricos necessários ao pleno funcionamento dos ambientes, bem como a aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado.

**3.1.4** - As execuções da reforma e da ampliação devem seguir as recomendações das normativas ABNT NBR 16280, 5410, 5626 e 8160.

**3.2** - Os itens e quantitativos constantes na planilha orçamentária possuem caráter estimativo, em razão da ausência de projeto executivo prévio.

**3.3** - O **Projeto Básico** será constituído pelos documentos técnicos que devem conter todos os elementos necessários à contratação da obra, conforme previsto no artigo 6º, inciso XXV, da Lei nº 14.133/2021, elaborado com base no **Estudo Técnico Preliminar** e aprovado pela autoridade competente.

**3.4** - A Contratada deverá possuir registro ativo junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea) da jurisdição onde estiver sediada e, previamente ao início da execução contratual, providenciar o visto ou registro no Crea-GO, mantendo, durante toda a vigência contratual, profissional responsável técnico habilitado e registrado, nos termos da legislação vigente.

#### 4 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

**4.1** - O Contrato decorrente desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, de forma a assegurar a plena execução do objeto.

**4.2** - O prazo para execução dos serviços será de até **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento formal da ordem de serviço emitida pela Contratante, compreendendo as etapas de elaboração do projeto executivo, reforma e ampliação.

**4.3** - A vigência contratual ora estabelecida está amparada no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo compatível com a duração do crédito orçamentário e com o plano plurianual vigente, não se confundindo com prestação de serviço contínuo ou fornecimento de natureza permanente, e podendo ser prorrogada por tempo compatível com a conclusão dos serviços, nos termos do art. 111 da mesma Lei.

**4.4** - O prazo para execução dos serviços deverá observar como data limite o dia **31 de outubro de 2026**, desde que tal prazo esteja compreendido dentro da vigência contratual.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

4.5 - Caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente estabelecido, será admitida prorrogação por tempo compatível com a sua conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que não configurada inadimplência da Contratada.

**5 - DA EXIGÊNCIA DE GARANTIA DE EXECUÇÃO**

5.1 - Em decorrência da natureza do objeto, do porte da contratação, da análise de risco, do **Estudo Técnico Preliminar** e dos mecanismos de controle e mitigação previstos, não será exigida garantia de execução para o presente Contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

5.2 - A dispensa da exigência de garantia não exime a Contratada da responsabilidade pela fiel, integral e tempestiva execução do Contrato, nos termos dos dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

5.3 - Caso, por meio de termo aditivo ou modificação substancial do escopo, venha a ser necessária a exigência de garantia adicional, esta deverá observar os limites, modalidades e regras previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, bem como ser formalmente motivada e prevista em instrumento específico.

**6 - DA FUNDAMENTAÇÃO E NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

6.1 - A presente contratação decorre da necessidade institucional de elaboração de projeto executivo e execução de obra de reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, situada em Jataí-GO, no imóvel concedido ao Conselho para a ampliação da estrutura física da Casa de Engenharia de Jataí-GO, com vistas à adequada ocupação da área, à integração funcional das unidades já existentes e ao atendimento das exigências técnicas, legais e urbanísticas aplicáveis. A concessão do lote à Contratante está formalmente constituída e destina-se exclusivamente à expansão das instalações do Conselho no município, conforme previsto no planejamento estratégico e patrimonial da entidade.

6.2 - O loteamento encontra-se situado em área contígua às instalações físicas atualmente ocupadas pelo Crea-GO, permitindo a ampliação imediata e integrada da estrutura institucional. Essa configuração viabiliza ganhos logísticos, maior eficiência na utilização do espaço e otimização dos recursos públicos, em estrita consonância com o princípio da eficiência (art. 37, caput, da Constituição Federal).

6.3 - A ampliação contemplará a execução dos serviços de construção de paredes de alvenaria, cobertura da área ampliada, criação de ambientes internos na área existente, pintura de toda a edificação, manutenção dos sistemas elétricos e hidrossanitários existentes e construção de novos sistemas para a área de ampliação, substituição dos aparelhos de ar-condicionado existentes e aquisição e instalação de aparelhos para os novos ambientes construídos. Esses serviços constam detalhadamente no projeto básico e no Estudo Técnico Preliminar (ETP) e foram eleitos como solução tecnicamente mais adequada e proporcional à fase atual da ocupação do imóvel, conforme previsto no art. 9º da IN SEGES nº 58/2022.

6.4 - A execução tempestiva dos serviços objeto deste Termo de Referência reveste-se de caráter de urgência, devidamente justificado pelo risco concreto de responsabilização administrativa e jurídica da Contratante em razão do não atendimento integral às normas técnicas de segurança, acessibilidade e conservação da edificação, bem como pela necessidade de evitar a degradação física do imóvel atualmente em uso. A contratação, portanto, visa assegurar a conformidade urbanística e funcional da





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

unidade, a regularidade jurídica do uso do bem público concedido e a prestação adequada dos serviços institucionais à sociedade e aos profissionais registrados.

**6.5** - A modalidade **Concorrência**, em formato eletrônico, é justificada por se tratar de contratação que envolve, de forma **semi-integrada**, a elaboração de projeto executivo (serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, nos termos do art. 6º, XVIII, "a", da Lei nº 14.133/2021) e a execução de obra de reforma e ampliação de edificação (obra de engenharia, nos termos do art. 6º, XII), hipótese em que o pregão não se aplica, conforme art. 29, parágrafo único, da referida Lei. Nesses casos, deve ser adotada a concorrência para obras e serviços de engenharia, nos termos do art. 28, inciso II, combinado com o art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021.

**6.6** - A contratação está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA), em observância ao art. 10 da IN SEGES nº 58/2022.

**6.7** - A contratação configura providência legal, técnica e institucionalmente imprescindível, amparada por diagnóstico de necessidade, previsão orçamentária e risco de responsabilização, revelando-se ação estratégica e preventiva em defesa da legalidade, do interesse público e da regularidade de sua atuação.

**6.7.1** - A execução contratual deverá atender às diretrizes da sustentabilidade ambiental, econômica e social, nos termos do art. 25 da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), do Decreto nº 7.746/2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, bem como ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU – 6ª edição (2023).

**6.7.2** - No âmbito da obra objeto deste Termo de Referência, a Contratada deverá observar os critérios mínimos de sustentabilidade aplicáveis à construção civil:

- a) Apresentar e executar plano de gerenciamento de resíduos da construção, com destinação ambientalmente adequada dos resíduos gerados, conforme classificação da Resolução CONAMA nº 307/2002 e nos termos da Lei nº 12.305/2010;
- b) Utilizar materiais de construção com menor impacto ambiental, tais como insumos reciclados, recicláveis, de origem vegetal certificada, ou com certificações ambientais reconhecidas (ex: ISO 14001, FSC, selo verde, ou equivalente);
- c) Assegurar o uso eficiente de recursos naturais no canteiro, com racionalização do consumo de água e energia elétrica;
- d) Garantir o controle da poluição sonora e da emissão de partículas em consonância com as Normas Técnicas da ABNT e normas locais;
- e) Adotar, sempre que possível, insumos e materiais de fornecedores locais, a fim de reduzir a pegada de carbono relativa ao transporte;
- f) Respeitar as condições de vizinhança e mitigar os impactos urbanos, inclusive quanto à segurança de pedestres, acessibilidade e resíduos em via pública.

**6.7.3** - A comprovação do atendimento aos critérios estabelecidos nesta cláusula será exigida mediante:

- a) Apresentação de certificados, declarações técnicas, ou documentação equivalente, emitida por entidade pública, certificadora credenciada ou profissional legalmente habilitado;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

b) Inclusão, em fase de execução contratual, de evidências documentais ou fotográficas de conformidade ambiental e segregação de resíduos;

c) Observância obrigatória ao art. 45 da Lei nº 14.133/2021, quanto à responsabilidade ambiental solidária por danos decorrentes da execução contratual.

**6.7.4** - O descumprimento de qualquer das obrigações de sustentabilidade será tratado como inadimplemento contratual, sujeitando a Contratada às sanções legais cabíveis, inclusive as previstas nos arts. 156 a 162 da Lei nº 14.133/2021.

**6.8** - A alteração subjetiva da Contratada, por ocasião de processos de fusão, cisão, incorporação ou transformação societária, será admitida desde que:

**6.8.1** - A nova pessoa jurídica comprove o atendimento integral a todos os requisitos de habilitação exigidos na Concorrência originária, especialmente quanto à qualificação técnica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e habilitação jurídica, nos termos do art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021;

**6.8.2** - Sejam mantidas, sem qualquer alteração, as cláusulas, condições e obrigações contratuais originalmente pactuadas;

**6.8.3** - Não haja interrupção, descontinuidade, prejuízo técnico, financeiro ou operacional na execução do objeto contratual;

**6.8.4** - Haja anuência prévia e expressa da Administração Contratante, mediante análise técnica e jurídica quanto à viabilidade e conveniência da manutenção contratual com a nova pessoa jurídica.

**6.9** - A ausência de atendimento integral aos requisitos acima acarretará rescisão contratual por iniciativa da Administração, com fundamento no art. 137, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, independentemente da instauração de procedimento de apuração de inadimplemento.

## 7 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

**7.1** - A solução adotada compreende a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia, contemplando elaboração de projeto executivo e execução da reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, situada à Alameda Rio Claro, nº 123, Quadra 4, Lote 24, Conjunto Rio Claro, Jataí, Goiás. A presente contratação representa a alternativa técnica, jurídica e economicamente mais vantajosa para a Administração, sendo resultado de processo prévio de planejamento institucional, oficializado por meio do Documento de Oficialização da Demanda (DOD), fundamentado no respectivo Estudo Técnico Preliminar (ETP) e compatível com a previsão orçamentária aprovada no Plano Anual de Contratações.

**7.2** - Trata-se de contratação que envolve, de forma semi-integrada, (i) serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, consistente na elaboração de projeto executivo, na forma do art. 6º, inciso XVIII, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021, e (ii) obra de engenharia, consistente na reforma e ampliação de edificação, nos termos do art. 6º, inciso XII, da mesma Lei, **não** se enquadrando, em seu conjunto, como serviço comum de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso XXI do referido artigo.

**7.3** - A licitação será realizada na modalidade Concorrência, em formato eletrônico, com fundamento no art. 28, inciso II, combinado com o art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

julgamento de maior desconto (art. 33, inciso II), por se tratar de escopo economicamente e tecnicamente mensurável, apto a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, observado, ainda, o disposto no art. 29, parágrafo único, da mesma Lei, que afasta o uso do pregão nas contratações de obras e serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

**8 - DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**8.1** - Para assegurar pleno conhecimento das condições locais e adequada formulação da proposta, será facultada às licitantes a realização de vistoria técnica no local de execução dos serviços, acompanhada por Fiscal do Contrato designado pela Contratante.

**8.1.1** - A vistoria deverá ser agendada previamente junto à **Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial** do Crea-GO pelo telefone (62) 3221-6245, no horário de 08 h às 11 h ou de 14 h às 16 h, em dias úteis, durante a vigência do prazo de vistoria.

**8.1.2** - O prazo para realização da vistoria começará no primeiro dia útil subsequente à publicação do Edital e se estenderá até o penúltimo dia útil anterior à data fixada para abertura da sessão pública;

**8.1.3** - A licitante ou representante legal deverá apresentar-se devidamente identificado, portando documento oficial de identidade e documento emitido pela empresa que comprove sua habilitação para realizar a vistoria.

**8.1.4** - A vistoria é facultativa, e sua não realização não poderá servir de fundamento para impugnações técnicas, alegações de omissão, pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou divergências de projeto ou valores; a licitante assume **total responsabilidade** pela decisão de não vistoriar.

**8.1.5** - Na hipótese de não vistoria, a licitante poderá apresentar Declaração de Dispensa de Vistoria, assinada por responsável técnico habilitado, atestando expressamente que possui pleno conhecimento das condições locais e peculiaridades da execução do objeto, assumindo **inteira responsabilidade técnica e contratual** por essa decisão.

**8.2 - É vedada a participação de cooperativas**, em razão da natureza do objeto exigir coordenação técnica unificada, comando único e vínculo de subordinação operacional direta, incompatíveis com a forma de organização autônoma e rotativa das cooperativas, conforme entendimento consolidado pelo Tribunal de Contas da União na Súmula nº 281. A execução exige uniformidade de padrões técnicos, controle direto de jornada e responsabilização unificada, afastando a viabilidade operacional e jurídica da admissão de cooperativas no certame.

**8.3 - É vedada a participação de consórcios**, tendo em vista que o objeto contratado é indivisível em sua natureza operacional e requer responsabilização direta e unitária, cuja fragmentação comprometeria a gestão contratual, padronização da execução e controle de resultados, em afronta aos princípios da eficiência e da responsabilização objetiva previstos na Lei nº 14.133/2021.

**8.4 - É admitida subcontratação parcial** de até **30 % (trinta por cento)** do valor contratual, desde que previamente autorizada pela Contratante e restrita a atividades de apoio, complementares ou acessórias, que não envolvam a supervisão técnica, o controle da execução, a articulação com a Contratante ou cumprimento de obrigações principais do Contrato. A Contratada permanecerá integralmente responsável, de forma objetiva e direta, pela totalidade da execução, inclusive pelas atividades subcontratadas.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**8.4.1** - Em Contratos de obras e serviços de engenharia, a subcontratação só será autorizada para empresas que aceitem formalmente todas as obrigações contratuais, inclusive trabalhistas, conforme IN SEGES/MP nº 6/2018; **é vedada a subcontratação integral do objeto.**

**8.4.2** - A Contratada supervisionará diretamente atividades subcontratadas e responderá integralmente por eventuais inadimplementos, mantendo isenção da Contratante quanto à responsabilização por quaisquer condutas da subcontratada.

**8.5** - A presente contratação observará critérios mínimos de **sustentabilidade**, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021, da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), do Decreto nº 7.746/2012, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 1/2010 e do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da AGU. Considerando haver a possibilidade de intervenções como demolição, remoção de resíduos e reconstrução eventual, deverão ser atendidos, no mínimo, os requisitos:

**8.5.1** - Utilização preferencial de materiais recicláveis, reciclados ou de baixo impacto ambiental;

**8.5.2** - Gestão e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil, com apresentação do Controle de Transporte de Resíduos (CTR);

**8.5.3** - Garantia de acessibilidade universal, conforme as normas da ABNT NBR 9050 e NBR 16537;

**8.5.4** - Mitigação de ruído, poeira e vibrações, conforme normas ambientais e urbanísticas locais;

**8.5.5** - Vedação ao uso de materiais proibidos por norma ambiental ou sanitária;

**8.5.6** - Estímulo à eficiência energética e ao uso racional de recursos naturais.

**8.6** - A Contratada deverá observar, ainda, os critérios operacionais mínimos de sustentabilidade:

**8.6.1** - Apresentar e executar Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção (PGRCC), com classificação e destinação conforme a Resolução CONAMA nº 307/2002 e a Lei nº 12.305/2010;

**8.6.2** - Materiais e insumos com menor impacto ambiental, preferencialmente com certificações como ISO 14001, FSC, selo verde ou equivalente;

**8.6.3** - Empregar, no canteiro de obras, medidas de racionalização do consumo de água e energia;

**8.6.4** - Adotar controle efetivo da poluição sonora e da emissão de partículas, em conformidade com as normas técnicas da ABNT e regulamentos locais;

**8.6.5** - Priorizar aquisição de insumos e materiais de fornecedores locais, visando reduzir a pegada de carbono no transporte.

**8.7** - A comprovação do atendimento aos critérios estabelecidos nesta cláusula será exigida mediante:

**8.7.1** - Apresentação de certificados, declarações técnicas ou documentos equivalentes, emitidos por entidade certificadora reconhecida ou profissional legalmente habilitado;

**8.7.2** - Inclusão, na fase de execução, de evidências documentais e fotográficas que demonstrem correta segregação dos resíduos, cumprimento das exigências e práticas ambientais previstas;

**8.7.3** - Observância expressa ao art. 45, Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à destinação final ambientalmente adequada dos resíduos, à utilização de produtos que favoreçam eficiência energética e à avaliação de impacto de vizinhança.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**8.8** - A responsabilidade ambiental da Contratada é objetiva, conforme art. 45 da Lei nº 14.133/2021 e da Lei nº 6.938/1981. Independentemente de culpa, eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente, deverão ser integralmente reparados às custas da Contratada.

**9 - DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**9.1** - A execução dos serviços objeto da presente contratação deverá ocorrer no prazo máximo de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados do recebimento formal da **Ordem de Serviço** expedida pela Contratante, após assinatura do Contrato e atendimento de todas as exigências de início de execução, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

**9.2** - O prazo de execução poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo formal, desde que justificado de maneira técnica e fundamentada pela parte interessada, e previamente aceito pela Contratante, em hipóteses legalmente admitidas, como: (i) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; (ii) necessidade de adequação técnica do projeto original; (iii) paralisação justificada por ordem da Contratante; (iv) atraso imputável exclusivamente à Contratante; e (v) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados.

**9.3** - O pedido de prorrogação deverá ser formulado pela Contratada com antecedência mínima de **10 (dez) dias úteis** do término do prazo original, salvo situações emergenciais; deverá estar obrigatoriamente acompanhado da reprogramação do cronograma físico-financeiro e de documentos comprobatórios da causa invocada. Toda prorrogação, se aceita, será formalizada por termo aditivo específico, previamente instruído com justificativa técnica e análise jurídica, observando-se o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.4** - A prestação dos serviços somente poderá ser iniciada após assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço, expedida pela área competente da Contratante, observados rigorosamente os prazos, etapas e especificações constantes no cronograma físico-financeiro anexo.

**9.5** - A natureza do objeto contratual caracteriza-se como contratação de obra de engenharia, precedida da elaboração de projeto executivo, abrangendo a reforma e ampliação de edificação, atividade privativa das profissões de arquiteto e engenheiro, enquadrando-se como obra de engenharia (art. 6º, XII) e serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual (art. 6º, XVIII, "a"), não se tratando de serviço comum de engenharia nos termos do art. 6º, XXI, "a", da Lei nº 14.133/2021.

**9.6** - A contratação se dará por meio de licitação na modalidade **Concorrência**, em formato eletrônico, nos termos do art. 28, inciso II, combinado com o art. 6º, inciso XXXVIII, da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento pelo maior desconto (art. 33, inciso II), por se tratar de obra de engenharia com parâmetros de desempenho e qualidade definidos em projeto e economicamente mensuráveis, observando-se a vedação ao pregão para obras e serviços de engenharia e serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual prevista no art. 29, parágrafo único, da mesma Lei.

**9.7** - A execução contratual ocorrerá sob regime de escopo fechado, com entrega por resultado, sem envolvimento de mão de obra com dedicação exclusiva, sem subordinação direta, sem controle de jornada e sem vínculo funcional entre os empregados da Contratada e a Administração Pública, nos termos do art. 6º, inciso XXIII, e art. 115 da Lei nº 14.133, de 2021.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**9.8 -** A Contratada será a única e exclusiva responsável pelos encargos sociais, previdenciários, fiscais, trabalhistas, securitários, ambientais e comerciais incidentes sobre os profissionais por ela vinculados, nos termos do art. 121, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo-lhe garantir que a execução ocorra em conformidade com as normas vigentes, inclusive as de segurança do trabalho e meio ambiente.

**9.8.1 -** Eventuais demandas judiciais trabalhistas que venham a ser ajuizadas por empregados da Contratada não ensejarão vínculo jurídico ou responsabilidade solidária da Contratante, ficando esta isenta de quaisquer ônus decorrentes de obrigações da Contratada, nos termos do art. 124, inciso I, da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.8.2 -** A inadimplência da Contratada quanto aos encargos referidos nesta cláusula não transfere à Contratante qualquer responsabilidade, tampouco implica solidariedade entre as partes, ainda que em juízo, ficando tal hipótese expressamente afastada, nos termos do art. 121, § 1º, Lei nº 14.133, de 2021.

**9.9 -** A Contratada deverá observar integralmente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente as aplicáveis à atividade exercida, como a NR 6 (Equipamentos de Proteção Individual), NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e demais pertinentes, responsabilizando-se pela integridade física dos seus profissionais e pela proteção do patrimônio edificado.

**9.9.1 -** O descumprimento das obrigações de segurança do trabalho, quando comprovado, poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais proporcionais, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## **10 - DO MODELO DE GESTÃO DE CONTRATO**

**10.1 -** O Contrato será executado fielmente pelas partes, em estrita conformidade com as cláusulas pactuadas e com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

**10.2 -** A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um ou mais Fiscais do Contrato, formalmente designados pela Contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle; poderá ser designado substituto quando conveniente.

**10.3 -** Compete ao(s) Fiscal(is) do Contrato:

**10.3.1 -** Verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;

**10.3.2 -** Registrar em instrumento formal as ocorrências relevantes relativas à execução, compreendendo qualidade, produtividade, prazos e conformidade de materiais;

**10.3.3 -** Determinar à Contratada a correção de falhas, vícios ou inconformidades, mediante notificação formal;

**10.3.4 -** Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades que possam ensejar sanções, revisão ou rescisão contratual;

**10.3.5 -** Acompanhar, por meio de amostragem documental e técnicas de auditoria, a conformidade da Contratada com encargos trabalhistas, previdenciários e normas de segurança do trabalho.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**10.4** - O acompanhamento e a fiscalização do Contrato não eximem a Contratada da responsabilidade por vícios, falhas ou inadimplementos, nem reduzem ou excluem sua obrigação de reparar danos, conforme disposto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**10.5** - A persistência de não conformidades poderá ensejar aplicação de sanções previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da rescisão contratual por inadimplemento, nos termos do art. 137 do mesmo diploma legal.

**10.6** - Será designado Gestor do Contrato, responsável por intermediar comunicações entre Contratante e Contratada e propor medidas corretivas em situações de risco à execução.

**10.7** - Após assinado o Contrato, a Contratante convocará reunião inicial com representante da Contratada para apresentação do Plano de Gestão Contratual, que deverá conter, no mínimo: obrigações contratuais, estratégias de fiscalização, critérios de avaliação da execução, planos complementares propostos pela Contratada, método de aferição de resultados e regime de penalidades aplicável.

**10.8** - A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante no local de execução dos serviços, com poderes para representá-la tecnicamente perante a fiscalização e atuar como interlocutor durante toda a vigência contratual. A Contratante poderá recusar manutenção do preposto mediante justificativa formal e solicitar nova indicação dentro de prazo razoável.

**10.9** - A Contratada ficará obrigada, às suas expensas, a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, o objeto contratual em que se verifiquem vícios, defeitos ou falhas decorrentes da execução ou de materiais empregados.

**10.10** - A Contratada será responsável por todos os danos diretos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do Contrato, sendo sua essa responsabilidade independentemente da atuação da fiscalização, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**10.11** - A Contratada responderá integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais, comerciais e securitários decorrentes da execução contratual, sem que qualquer obrigação desse gênero possa ser imputada à Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

**10.11.1** - A inadimplência da Contratada nessas obrigações não implicará corresponsabilidade da Administração, nem poderá onerar o objeto ou gerar vínculo para a Contratante.

**10.12** - A Contratada reconhece desde já como débito líquido e certo qualquer valor apurado judicial ou por acordo homologado com ex-empregados ou terceiros, vinculado à execução do Contrato, responsabilizando-se integralmente sem repassar à Contratante.

**10.13** - As comunicações formais entre Contratante e Contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica quando o ato permitido expressamente requerer, observado critério de razoabilidade e segurança jurídica.

**10.14** - O Gestor do Contrato poderá convocar, a qualquer momento, representante da Contratada para adoção imediata de providências corretivas para assegurar a regularidade da execução contratual, conforme art. 44, § 3º, da IN SEGES/ME nº 5/2017.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**10.15** - Antes de cada pagamento, a Administração verificará a regularidade da Contratada perante as condições de habilitação exigidas no processo licitatório, observando, no mínimo: certidão negativa de débitos tributários federais e inscrição em dívida ativa da União; certificado de regularidade do FGTS; certidão negativa de débitos trabalhistas.

**10.16** - A Contratada poderá pleitear reequilíbrio econômico-financeiro mediante requerimento formal, contendo fundamentação técnica e documentos comprobatórios da ocorrência do fato gerador, observado o disposto nos arts. 124 a 128 da Lei nº 14.133/2021.

**10.16.1** - A análise do pedido obedecerá critérios legais e não produzirá efeito retroativo, salvo previsão legal específica ou determinação judicial.

**11 - DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

**11.1** - O recebimento do objeto contratado será formalizado em 2 (duas) fases (provisório e definitivo) nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, condicionados à comprovação da conformidade dos serviços às especificações técnicas e demais obrigações contratuais.

**11.2** - A medição dos serviços será executada com base no cronograma físico-financeiro, observando-se:

**11.2.1** - Em periodicidade quinzenal, o Fiscal do Contrato, titular ou substituto, acompanhará visita in loco, com participação do responsável técnico da Contratada, para acompanhamento dos serviços executados, elaborando relatório com os devidos apontamentos sobre a execução.

a) Em uma das visitas mensais, não haverá medição para pagamento;

b) Na outra visita mensal, será realizada aferição das etapas concluídas e em andamento; sendo admitidas medições parciais, desde que devidamente justificadas tecnicamente;

**11.2.2** - As medições serão registradas em relatório contendo planilhas de medição, memória de cálculo detalhada, e documentos comprobatórios pertinentes;

**11.2.3** - O Fiscal do Contrato disporá de prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a visita para elaborar relatório circunstanciado com apontamentos técnicos e administrativos, remetendo-o ao Gestor do Contrato;

**11.2.4** - Configura-se etapa concluída aquela em que os serviços previstos no cronograma forem integralmente executados;

**11.2.5** - A aprovação da medição não se converte em aceitação definitiva do serviço, nem exime a Contratada de responsabilidades posteriores.

**11.3** - O recebimento provisório será realizado pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, que deverão:

**11.3.1** - Inspeccionar os serviços concluídos e identificar pendências, retoques ou correções necessárias;

**11.3.2** - Exigir, a critério técnico, correção, substituição ou reparação de partes que apresentem vícios ou não conformidades, às expensas da Contratada, conforme o § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

**11.3.3** - No prazo de **5 (cinco) dias úteis**, elaborar relatório circunstanciado e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato;







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**11.3.4** - As medições ordinárias ocorrerão, em regra, com periodicidade mensal, em número compatível com o prazo de execução de **150 (cento e cinquenta) dias** e com o cronograma físico-financeiro aprovado, podendo essa periodicidade e o número de medições ser ajustados no próprio cronograma ou mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado.

**11.4** - O recebimento definitivo será promovido pelo Gestor do Contrato no prazo de até **10 (dez) dias** após o recebimento provisório, mediante:

**11.4.1** - Verificação final da conformidade dos serviços e obrigações acessórias;

**11.4.2** - Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo com base nos relatórios técnicos;

**11.4.3** - Autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor da medição final.

**11.5** - O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada de suas responsabilidades legais, contratuais e técnicas, inclusive quanto a vícios ocultos e deveres posteriores à execução.

**11.6** - Os serviços rejeitados, total ou parcialmente, por não conformidade serão objeto de correção ou substituição pela Contratada no prazo estipulado pelo Fiscal do Contrato, sem ônus adicional para a Contratante e sob pena de aplicação das sanções previstas.

**11.7** - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados da data do recebimento definitivo e do aceite da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização contratual, respeitado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.

**11.8** - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser remetida à Contratante por meio eletrônico oficial, contendo discriminação dos serviços, valores unitários e totais de acordo com o cronograma, acompanhada das certidões e documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos.

**11.9** - O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade da Contratada quanto às seguintes certidões e documentos:

**11.9.1** - Certidão de Regularidade do FGTS;

**11.9.2** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**11.9.3** - Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União;

**11.9.4** - Certidões das Fazendas Estadual e Municipal;

**11.9.5** - Consulta consolidada em sistemas oficiais de controle (SICAF, TCU etc.).

**11.10** - Em caso de eventual irregularidade constatada nos sistemas oficiais, o pagamento será suspenso até a regularização da situação, sem prejuízo da aplicação de penalidades legais.

**11.11** - Se houver erro ou inconformidade na Nota Fiscal ou nos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir da regularização apresentada, sem gerar ônus à Contratante.

**11.12** - Os pagamentos serão realizados por transferência bancária para conta em nome da Contratada, vedado pagamento a terceiros, salvo previsão legal expressa.

**11.13** - Na hipótese de atraso no pagamento, desde que comprovado que a Contratada não tenha concorrido de qualquer forma ao atraso, será devida compensação financeira à Contratada, calculada conforme fórmula pactuada entre as partes, limitada à legalidade e ao princípio da razoabilidade.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**11.14** - No momento do pagamento, será efetuada a retenção dos tributos na fonte, conforme previsto na legislação tributária aplicável, independentemente dos percentuais indicados na proposta ou planilha de custos apresentada pela Contratada.

**11.15** - A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará isenta da retenção relativa aos tributos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição de optante no ato da emissão da nota fiscal, por meio de documento fiscal oficial válido ou comprovação obtida diretamente junto à Receita Federal.

**11.15.1** - O não atendimento à exigência de comprovação sujeitará a Contratada à retenção integral dos tributos previstos, conforme disciplinado na legislação vigente.

**11.16** - É vedado à Contratada apresentar fatura contendo valores não previstos no Contrato ou fora dos parâmetros pactuados; despesas não formalmente pactuadas não serão assumidas pela Contratante.

**12 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1** - Em cumprimento ao art. 6º, inciso XXIII, alínea "i", da Lei nº 14.133/2021, e ao art. 18 da IN SEGES/ME nº 58/2022, a contratação está precedida de estimativa de preços, composta com base na metodologia de custo unitário e planilha orçamentária detalhada, conforme critérios técnicos e valores de mercado.

**12.2** - A estimativa foi elaborada com base na Planilha Orçamentária Resumida a seguir, considerando os custos diretos, indiretos e o BDI (Bonificação e Despesas Indiretas), totalizando o seguinte valor:

Planilha orçamentária resumida		
Item	Serviços	Custo estimado (R\$)
1	Projeto Executivo	R\$ 10.108,39
2	Implantação, Serviços gerais e Administração	R\$ 51.026,03
5	Reforma	R\$207.535,96
6	Ampliação	R\$424.003,25
	<b>Custo total estimado</b>	<b>R\$692.673,63</b>
	<b>BDI - 29,07%</b>	<b>R\$201.360,22</b>
	<b>Custo total estimado com BDI</b>	<b>R\$894.03385</b>

**12.3** - O valor apresentado tem caráter estimativo e não representa obrigação de contratação integral por parte da Administração, nos termos do art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

**12.4** - O valor será objeto de empenho no exercício de **2026**, observada a dotação orçamentária vigente.

**13 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**13.1** - As despesas da contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Crea-GO, para o exercício **2026**.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**13.2** - Nos termos do art. 86 da Portaria Crea-GO nº 007/2024, de 5 de janeiro de 2024, após a estimativa de despesas/justificativa de preços os autos seguirão para a **Área de Contabilidade** para manifestação a respeito da disponibilidade ou previsão orçamentária para atender à contratação.

**13.3** - Eventual dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**14 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**14.1** - Este **Termo de Referência** foi elaborado pela Engenheira Civil **Maria Laura Santana Araujo de Lima**, Crea nº 1020617489/D-GO, lotada na **Coordenadoria de Gestão e Manutenção Predial**, sob matrícula nº 1286, em conformidade com a legislação específica e com a necessidade da Administração, e **aprovado** pela autoridade competente, **Engenheiro Lamartine Moreira Junior**.

Goiânia, 3 de junho de 2026.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO III - MODELO DE ATESTADO DE VISTORIA**

**DECLARO**, para os devidos fins, em atendimento ao previsto no **Edital da Concorrência Eletrônica n.º 90001/2026**, que eu, \_\_\_\_\_ (nome completo do responsável técnico ou representante da empresa), \_\_\_\_\_ (profissão), CPF n.º \_\_\_\_\_, Crea-\_\_\_\_ (UF) n.º \_\_\_\_\_ (quando responsável técnico), na qualidade de responsável técnico e/ou representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (razão social), CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

**Realizei vistoria técnica presencial** no local de execução do objeto da presente licitação, correspondente à Inspetoria do Crea-GO, situada em Jataí-GO, acompanhado(a), quando cabível, por representante da Administração, com a finalidade de:

- Verificar condições locais, técnicas, operacionais e logísticas para a elaboração do projeto executivo e a execução da reforma e ampliação da edificação;
- Avaliar condições da edificação existente e da área destinada à ampliação, inclusive quanto a acessos, interferências, instalações existentes e peculiaridades construtivas;
- Conhecer condições relativas à execução dos serviços estruturais, hidrossanitários, elétricos, de cobertura, acabamentos e demais intervenções previstas no objeto;
- Levantar condições de armazenamento de materiais, mobilização de equipes, segurança do trabalho, destinação de resíduos e demais aspectos necessários à adequada formulação da proposta;
- Obter conhecimento suficiente das características e particularidades do local para cumprimento das obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais anexos.

Declaro, ainda, que obtive todas as informações necessárias à formulação da proposta, estando ciente das condições locais e técnicas para a execução do objeto, sem prejuízo de posteriores levantamentos complementares necessários à elaboração do projeto executivo e à execução contratual.

\_\_\_\_\_(Cidade), aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura e carimbo**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)

(CPF nº.: \_\_\_\_\_)







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO IV – MODELO DE DISPENSA DE VISTORIA**

**DECLARO**, para os devidos fins, em atendimento ao previsto no **Edital da Concorrência Eletrônica n.º 90001/2026**, que eu, \_\_\_\_\_ (nome completo do responsável técnico ou representante da empresa), \_\_\_\_\_ (profissão), CPF n.º \_\_\_\_\_, Crea-\_\_\_\_ (UF) n.º \_\_\_\_\_ (quando responsável técnico), na qualidade de responsável técnico e/ou representante legal da empresa \_\_\_\_\_ (razão social), CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede à \_\_\_\_\_ (endereço completo conforme Contrato social ou estatuto),

**Optei** pela não realização da vistoria prévia e **declaro**, para fins de elaboração da proposta comercial, que conheço as condições locais para execução do objeto, ou que possuo pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, com base nas informações, documentos e elementos técnicos disponibilizados no processo. Assumo integral responsabilidade pela decisão de não realizar a vistoria presencial, ciente de que essa opção não poderá ser utilizada para fundamentar questionamentos futuros, pleitos técnicos, pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro ou alegações de desconhecimento das condições locais perante a Contratante.

Comprometo-me a executar o objeto nos exatos termos do Edital, do Termo de Referência, do Projeto Básico e dos demais anexos.

\_\_\_\_\_, (Cidade), aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**Assinatura e carimbo**

(Responsável Técnico ou Representante da Empresa)  
(CPF n.º: \_\_\_\_\_)





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL**

**CONCORRÊNCIA N.º 90001/2026**

NOME/RAZÃO SOCIAL:			
ENDEREÇO:			
MUNICÍPIO:		ESTADO:	
CNPJ:		TELEFONE:	
E-MAIL:			
REPRESENTANTE LEGAL:		CARGO/FUNÇÃO:	

**DISCRIMINAÇÃO**

Apresentamos proposta para a contratação de empresa especializada, legalmente habilitada, para elaboração do projeto executivo e execução da reforma e ampliação da Inspetoria do Crea-GO, localizada em Jataí-GO, compreendendo, nos termos do Edital, do Termo de Referência, do Projeto Básico, das planilhas orçamentárias, do cronograma físico-financeiro e dos demais anexos: (i) elaboração do projeto executivo da edificação, contemplando projetos estrutural, hidrossanitário e elétrico, com todos os detalhes necessários à execução, bem como memorial descritivo; (ii) execução de reforma da edificação existente, com construção de novos ambientes, manutenção e adequação dos sistemas existentes, revisão de cobertura, pintura, substituições e demais intervenções previstas; (iii) execução de ampliação, incluindo auditório, área de lazer, sanitários de apoio e sanitário acessível, com os respectivos sistemas hidrossanitários e elétricos, bem como aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado; (iv) execução integral dos serviços e fornecimentos necessários à entrega do objeto, conforme especificações técnicas da contratação.

Planilha orçamentária resumida		
Item	Serviços	Custo (R\$)
1	Projeto Executivo	
2	Implantação, Serviços Gerais e Administração	
3	Reforma	
4	Ampliação	
	<b>Custo total</b>	
	<b>BDI - 29,07%</b>	
	<b>Custo total com BDI</b>	

Percentual de **DESCONTO GLOBAL** ofertado sobre a planilha orçamentária de referência do TR: \_\_\_\_\_ %  
**VALOR GLOBAL OFERTADO** (após desconto): R\$ \_\_\_\_\_, (\_\_\_\_\_)

Anexos obrigatórios da Proposta:





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

- i. Planilha de composição de preços, com detalhamento de insumos, materiais, mão de obra, encargos sociais, tributos, seguros, mobilização/desmobilização, BDI e demais custos diretos e indiretos;
- ii. Cronograma físico-financeiro estimado.

**DECLARAÇÕES DA PROPONENTE**

Declaramos que os valores ofertados contemplam todos os custos diretos e indiretos necessários à execução integral do objeto, incluindo, sem limitação, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, despesas operacionais e administrativas, transporte, seguros, lucros, materiais, equipamentos, ferramentas, mobilização, desmobilização, responsabilidade técnica e demais insumos necessários ao fiel cumprimento do Contrato.

Declaramos que a proposta foi elaborada com pleno conhecimento das condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, no Projeto Básico e nos demais anexos, e que aceitamos integralmente suas disposições, sem qualquer ressalva.

Declaramos que não estamos impedidos de licitar ou contratar com a Administração Pública e que inexistem fatos supervenientes impeditivos de nossa habilitação, comprometendo-nos a comunicar formalmente qualquer alteração superveniente.

Declaramos que esta proposta possui validade mínima de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua apresentação.

**DADOS BANCÁRIOS**

Banco: \_\_\_\_\_

Agência: \_\_\_\_\_

Conta-corrente da pessoa jurídica: \_\_\_\_\_

VALIDADE DA PROPOSTA: \_\_\_\_\_ dias

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

Nome:

Cargo:

Assinatura:

Carimbo do CNPJ

**Assinatura do representante legal e carimbo do CNPJ da empresa.**

*Obs. A proposta deverá ser assinada pelo representante legal. Quando este não for sócio ou diretor figurante no Contrato social, deverá ser apresentada procuração com poderes específicos para representar a empresa no certame.*





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO VI – MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**CONCORRÊNCIA N.º 90001/2026**

**Contrato DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE FAZEM ENTRE SI  
O CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE  
GOIÁS – CREA-GO E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**

**1 - DAS PARTES**

**CONTRATANTE:** Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás – Crea-GO, Autarquia Pública Federal, Art. 80 da Lei 5.194/66, inscrito no CNPJ sob o n.º 01.619.022/0001-05, estabelecido à Rua 239, n.º 561, Setor Universitário, Goiânia-GO, CEP n.º 74.605-070, neste ato representado por seu Presidente, Engenheiro Lamartine Moreira Junior, brasileiro, casado, registro profissional no CREA n.º 7797/D-GO, CPF n.º XX3.195.7XX-XX, RG n.º 1967XXX – SSP-GO, residente e domiciliado nesta capital.

**CONTRATADA:** \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**2 - DO FUNDAMENTO LEGAL**

**2.1** - Este Contrato decorre da **Concorrência Eletrônica n.º 90001/2026**, realizada em **30 de julho de 2026**, com critério de julgamento de **maior desconto**, nos termos da Lei n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, tendo em vista o teor do Processo Administrativo n.º **45422/2026**, parte integrante deste Contrato, regendo-o, no que for omissivo.

**3 - DO OBJETO**

**3.1** - Constitui objeto deste **Termo de Referência** a contratação de empresa especializada, legalmente habilitada, para elaboração do projeto executivo e a execução da reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, localizada em Jataí – GO, compreendendo:

- 3.1.1** - Elaboração do projeto executivo da Inspeção do Crea-GO, em Jataí, contemplando pranchas estrutural, hidrossanitária e elétrica;
- 3.1.2** - Execução de reforma e ampliação da Inspeção do Crea-GO, em Jataí.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

Planilha orçamentária resumida		
Item	Serviços	Custo (R\$)
1	Projeto Executivo	
2	Implantação, Serviços Gerais e Administração	
3	Reforma	
4	Ampliação	
	<b>Custo total</b>	
	<b>BDI – 29,07%</b>	
	<b>Custo total com BDI</b>	

3.2 - A licitação será realizada na modalidade **Concorrência**, em formato eletrônico, com fundamento nos arts. 6º, inciso XXXVIII, 28, inciso II, e 29 da Lei nº 14.133/2021, adotando-se o critério de julgamento de **maior desconto** (art. 33, inciso II), por se tratar de obra de engenharia com padrões objetivos de desempenho e qualidade definidos em projeto. A escolha da modalidade fundamenta-se na busca pela ampla competitividade e celeridade processual, observando-se o princípio do menor dispêndio para a Administração (art. 34) e o atendimento aos parâmetros mínimos de qualidade e desempenho exigidos.

3.3 - O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), apurado pela aplicação do desconto ofertado sobre a planilha orçamentária de referência do **Termo de Referência**, englobando todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, transporte, materiais, equipamentos, ferramentas e BDI.

3.4 - Integram e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

3.4.1 - O Termo de Referência (Anexo II);

3.4.2 - O Projeto Básico e demais anexos técnicos;

3.4.3 - O Edital e seus anexos, inclusive Ata(s) de Julgamento, Adjudicação e Homologação;

3.4.4 - A Proposta da Contratada e o Cronograma físico-financeiro;

3.4.5 - O Processo Administrativo nº 45422/2026;

3.4.6 - Ordem(ens) de Serviço e demais documentos emitidos na execução.

#### 4 - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

4.1 - O Contrato decorrente desta licitação terá vigência de **12 (doze) meses**, contados da data de sua assinatura, de forma a assegurar a plena execução do objeto.

4.2 - O prazo para execução dos serviços será de até **150 (cento e cinquenta) dias corridos**, contados a partir do recebimento formal da ordem de serviço emitida pela Contratante, compreendendo as etapas de elaboração do projeto executivo, reforma e ampliação.

4.3 - A vigência contratual ora estabelecida está amparada no art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo compatível com a duração do crédito orçamentário e com o plano plurianual vigente, não se confundindo com prestação de serviço contínuo ou fornecimento de natureza permanente, e podendo ser prorrogada por tempo compatível com a conclusão dos serviços, nos termos do art. 111 da mesma Lei.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

4.4 - O prazo para execução dos serviços deverá observar como data limite o dia **31 de outubro de 2026**, desde que tal prazo esteja compreendido dentro da vigência contratual.

4.5 - Caso o objeto não seja concluído no prazo inicialmente estabelecido, será admitida prorrogação por tempo compatível com a sua conclusão, nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que não configurada inadimplência da Contratada.

**5 - DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

5.1 - A execução dos serviços objeto da presente contratação deverá ocorrer no prazo máximo de **150 (cento e cinquenta) dias**, contados do recebimento formal da Ordem de Serviço expedida pela Contratante, após assinatura do Contrato e atendimento de todas as exigências de início de execução, nos termos do art. 115 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.2 - O prazo de execução poderá ser prorrogado por meio de termo aditivo formal, desde que justificado de maneira técnica e fundamentada pela parte interessada, e previamente aceito pela Contratante, em hipóteses legalmente admitidas, como: (i) superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes; (ii) necessidade de adequação técnica do projeto original; (iii) paralisação justificada por ordem da Contratante; (iv) atraso imputável exclusivamente à Contratante; e (v) ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados.

5.3 - O pedido de prorrogação deverá ser formulado pela Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis do término do prazo original, salvo situações emergenciais; deverá estar obrigatoriamente acompanhado da reprogramação do cronograma físico-financeiro e de documentos comprobatórios da causa invocada. Toda prorrogação, se aceita, será formalizada por termo aditivo específico, previamente instruído com justificativa técnica e análise jurídica, observando-se o art. 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.4 - A prestação dos serviços somente poderá ser iniciada após assinatura do Contrato e emissão da Ordem de Serviço, expedida pela área competente da Contratante, observados rigorosamente os prazos, etapas e especificações constantes no cronograma físico-financeiro anexo.

5.5 - O Contrato será executado fielmente pelas partes, em estrita conformidade com as cláusulas pactuadas e com os preceitos da Lei nº 14.133/2021, sendo cada parte responsável pelas consequências da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

5.6 - A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por um ou mais Fiscais do Contrato, formalmente designados pela Contratante, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle; poderá ser designado substituto quando conveniente.

5.7 - Compete ao(s) Fiscal(is) do Contrato:

5.7.1 - Verificar o cumprimento das obrigações contratuais assumidas pela Contratada;

5.7.2 - Registrar em instrumento formal ocorrências relevantes relativas à execução, compreendendo qualidade, produtividade, prazos e conformidade de materiais;

5.7.3 - Determinar à Contratada a correção de falhas, vícios ou inconformidades, mediante notificação formal;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**5.7.4** - Comunicar formalmente ao Gestor do Contrato as irregularidades que possam ensejar sanções, revisão ou rescisão contratual;

**5.7.5** - Acompanhar, por meio de amostragem documental e técnicas de auditoria, a conformidade da Contratada com encargos trabalhistas, previdenciários e normas de segurança do trabalho.

**5.8** - O acompanhamento e a fiscalização do Contrato não eximem a Contratada da responsabilidade por vícios, falhas ou inadimplementos, nem reduzem ou excluem sua obrigação de reparar danos, conforme disposto no art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**5.9** - A persistência de não conformidades poderá ensejar aplicação de sanções previstas nos arts. 155 a 162 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da rescisão contratual por inadimplemento, nos termos do art. 137 do mesmo diploma legal.

**5.10** - Será designado Gestor do Contrato, responsável por intermediar comunicações entre Contratante e Contratada e propor medidas corretivas em situações de risco à execução.

**5.11** - Após assinado o Contrato, a Contratante convocará reunião inicial com representante da Contratada para apresentação do Plano de Gestão Contratual, que deverá conter, no mínimo: obrigações contratuais, estratégias de fiscalização, critérios de avaliação da execução, planos complementares propostos pela Contratada, método de aferição de resultados e regime de penalidades aplicável.

**5.12** - A Contratada deverá manter preposto aceito pela Contratante no local de execução dos serviços, com poderes para representá-la tecnicamente perante a fiscalização e atuar como interlocutor durante toda a vigência contratual. A Contratante poderá recusar manutenção do preposto mediante justificativa formal e solicitar nova indicação dentro de prazo razoável.

**5.13** - A Contratada ficará obrigada, às suas expensas, a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, total ou parcialmente, o objeto contratual em que se verifiquem vícios, defeitos ou falhas decorrentes da execução ou de materiais empregados.

**5.14** - A Contratada será responsável por todos os danos diretos causados à Administração ou a terceiros em decorrência da execução do Contrato, sendo sua essa responsabilidade independentemente da atuação da fiscalização, conforme art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

**5.15** - A Contratada responderá integralmente pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, ambientais, comerciais e securitários decorrentes da execução contratual, sem que qualquer obrigação desse gênero possa ser imputada à Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

**5.15.1** - A inadimplência da Contratada nessas obrigações não implicará corresponsabilidade da Administração, nem poderá onerar o objeto ou gerar vínculo para a Contratante.

**5.15.2** - A Contratada reconhece desde já como débito líquido e certo qualquer valor apurado judicial ou por acordo homologado com ex-empregados ou terceiros, vinculado à execução do Contrato, responsabilizando-se integralmente sem repassar à Contratante.

**5.16** - As comunicações formais entre Contratante e Contratada serão realizadas por escrito, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica quando o ato permitido expressamente requerer, observado critério de razoabilidade e segurança jurídica.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**5.17** - O Gestor do Contrato poderá convocar, a qualquer momento, representante da Contratada para adoção imediata de providências corretivas para assegurar a regularidade da execução contratual, conforme art. 44, § 3º, da IN SEGES/ME nº 5/2017.

**5.18** - A Contratada deverá observar integralmente as Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho editadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente as aplicáveis à atividade exercida, como a NR 6 (Equipamentos de Proteção Individual), NR 18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e demais pertinentes, responsabilizando-se pela integridade física dos seus profissionais e pela proteção do patrimônio edificado.

**5.18.1** - O descumprimento das obrigações de segurança do trabalho, quando comprovado, poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais proporcionais, nos termos deste instrumento e da legislação vigente, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

## 6 - DA SUBCONTRATAÇÃO

**6.1** - É admitida **subcontratação parcial** de até **30 % (trinta por cento)** do valor contratual, desde que previamente autorizada pela Contratante e restrita a atividades de apoio, complementares ou acessórias, que não envolvam a supervisão técnica, o controle da execução, a articulação com a Contratante ou cumprimento de obrigações principais do Contrato. A Contratada permanecerá integralmente responsável, de forma objetiva e direta, pela totalidade da execução, inclusive pelas atividades subcontratadas.

**6.1.1** - Em Contratos de obras e serviços de engenharia, a subcontratação só será autorizada para empresas que aceitem formalmente todas as obrigações contratuais, inclusive trabalhistas, conforme IN SEGES/MP nº 6/2018; **é vedada a subcontratação integral do objeto.**

**6.1.2** - A Contratada supervisionará diretamente atividades subcontratadas e responderá integralmente por eventuais inadimplementos, mantendo isenção da Contratante quanto à responsabilização por quaisquer condutas da subcontratada.

## 7 - DO PAGAMENTO

**7.1** - O valor total da contratação é de **R\$ \_\_\_\_\_** ( \_\_\_\_\_ ), apurado pela aplicação do desconto ofertado sobre a planilha orçamentária de referência do **Termo de Referência**, englobando todas as despesas diretas e indiretas, inclusive tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, seguros, transporte, materiais, equipamentos, ferramentas e BDI.

**7.2** - O recebimento do objeto contratado será formalizado em 2 (duas) fases (provisório e definitivo) nos termos do art. 140 da Lei nº 14.133/2021, condicionados à comprovação da conformidade dos serviços às especificações técnicas e demais obrigações contratuais.

**7.3** - A medição dos serviços será executada com base no cronograma físico-financeiro, observando-se:

**7.3.1** - Em periodicidade quinzenal, o Fiscal do Contrato, titular ou substituto, acompanhará visita in loco, com participação do responsável técnico da Contratada, para acompanhamento dos serviços







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

executados, elaborando relatório com os devidos apontamentos sobre a execução.

- a) Em uma das visitas mensais, não haverá medição para pagamento;
- b) Na outra visita mensal, será realizada aferição das etapas concluídas e em andamento; sendo admitidas medições parciais, desde que devidamente justificadas tecnicamente;

**7.3.2** - As medições serão registradas em relatório contendo planilhas de medição, memória de cálculo detalhada, e documentos comprobatórios pertinentes;

**7.3.3** - O Fiscal do Contrato disporá de prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis** após a visita para elaborar relatório circunstanciado com apontamentos técnicos e administrativos, remetendo-o ao Gestor do Contrato;

**7.3.4** - Configura-se etapa concluída aquela em que os serviços previstos no cronograma forem integralmente executados;

**7.3.5** - A aprovação da medição não se converte em aceitação definitiva do serviço, nem exime a Contratada de responsabilidades posteriores.

**7.4** - O recebimento provisório será realizado pelo(s) Fiscal(is) do Contrato, que deverão:

**7.4.1** - Inspeccionar os serviços concluídos e identificar pendências, retoques ou correções necessárias;

**7.4.2** - Exigir, a critério técnico, correção, substituição ou reparação de partes que apresentem vícios ou não conformidades, às expensas da Contratada, conforme o § 3º do art. 140 da Lei nº 14.133/2021;

**7.4.3** - No prazo de **5 (cinco) dias úteis**, elaborar relatório circunstanciado e encaminhá-lo ao Gestor do Contrato;

**7.4.4** - As medições ordinárias ocorrerão, em regra, com periodicidade mensal, em número compatível com o prazo de execução de **150 (cento e cinquenta) dias** e com o cronograma físico-financeiro aprovado, podendo essa periodicidade e o número de medições ser ajustados no próprio cronograma ou mediante termo aditivo, desde que devidamente justificado.

**7.5** - O recebimento definitivo será promovido pelo Gestor do Contrato no prazo de até **10 (dez) dias** após o recebimento provisório, mediante:

**7.5.1** - Verificação final da conformidade dos serviços e obrigações acessórias;

**7.5.2** - Termo Circunstanciado de Recebimento Definitivo com base nos relatórios técnicos;

**7.5.3** - Autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura correspondente ao valor da medição final.

**7.6** - O recebimento provisório ou definitivo não exime a Contratada de suas responsabilidades legais, contratuais e técnicas, inclusive quanto a vícios ocultos e deveres posteriores à execução.

**7.7** - Os serviços rejeitados, total ou parcialmente, por não conformidade serão objeto de correção ou substituição pela Contratada no prazo estipulado pelo Fiscal do Contrato, sem ônus adicional para a Contratante e sob pena de aplicação das sanções previstas.

**7.8** - O pagamento será efetuado em até **30 (trinta) dias** contados da data do recebimento definitivo e do aceite da Nota Fiscal/Fatura pela fiscalização contratual, respeitado o art. 143 da Lei nº 14.133/2021.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**7.9** - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser remetida à Contratante por meio eletrônico oficial, contendo discriminação dos serviços, valores unitários e totais de acordo com o cronograma, acompanhada das certidões e documentos de regularidade fiscal e trabalhista exigidos.

**7.10** - O pagamento ficará condicionado à verificação da regularidade da Contratada quanto às seguintes certidões e documentos:

**7.10.1** - Certidão de Regularidade do FGTS;

**7.10.2** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**7.10.3** - Certidão Conjunta de Débitos Federais e Dívida Ativa da União;

**7.10.4** - Certidões das Fazendas Estadual e Municipal;

**7.10.5** - Consulta consolidada em sistemas oficiais de controle (SICAF, TCU etc.).

**7.11** - Em caso de eventual irregularidade constatada nos sistemas oficiais, o pagamento será suspenso até a regularização da situação, sem prejuízo da aplicação de penalidades legais.

**7.12** - Se houver erro ou inconformidade na Nota Fiscal ou nos documentos fiscais, o prazo para pagamento será contado a partir da regularização apresentada, sem gerar ônus à Contratante.

**7.13** - Os pagamentos serão realizados por transferência bancária para conta em nome da Contratada, vedado pagamento a terceiros, salvo previsão legal expressa.

**7.14** - Na hipótese de atraso no pagamento, desde que comprovado que a Contratada não tenha concorrido de qualquer forma ao atraso, será devida compensação financeira à Contratada, calculada conforme fórmula pactuada entre as partes, limitada à legalidade e ao princípio da razoabilidade.

**7.15** - No momento do pagamento, será efetuada a retenção dos tributos na fonte, conforme previsto na legislação tributária aplicável, independentemente dos percentuais indicados na proposta ou planilha de custos apresentada pela Contratada.

**7.16** - A Contratada optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estará isenta da retenção relativa aos tributos e contribuições abrangidos por esse regime, desde que comprove formalmente sua condição de optante no ato da emissão da nota fiscal, por meio de documento fiscal oficial válido ou comprovação obtida diretamente junto à Receita Federal.

**7.16.1** - O não atendimento à exigência de comprovação sujeitará a Contratada à retenção integral dos tributos previstos, conforme disciplinado na legislação vigente.

**7.17** - É vedado à Contratada apresentar fatura contendo valores não previstos no Contrato ou fora dos parâmetros pactuados; despesas não formalmente pactuadas não serão assumidas pela Contratante.

## 8 - DO REAJUSTE

**8.1** - Os preços contratados serão fixos e irrevogáveis durante o primeiro **1 (um) ano** de vigência contratual, contado da data do orçamento estimado que embasou a contratação, nos termos do art. 92, §3º, da Lei nº 14.133/2021.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**8.2** - Decorrido o interregno de **12 (doze) meses** contado da data-base do orçamento estimado, os preços contratados serão reajustados mediante aplicação do Índice Nacional de Custo da Construção – INCC, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, desde que tal índice permaneça representativo da variação dos custos da construção civil relacionada ao objeto contratado, em consonância com o art. 17, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022.

**8.3** - O índice de reajuste adotado deverá estar compatível com a natureza do objeto, com base no art. 17, inciso VII, da Instrução Normativa SEGES nº 58/2022, devendo refletir a variação efetiva dos custos de mercados relativos à contratação.

**8.4** - O reajuste, quando aplicável, será calculado exclusivamente sobre parcelas do Contrato executadas após o transcurso do período de **1 (um) ano** da data-base estabelecida.

**8.5** - Para os reajustes subsequentes, o interregno de **1 (um) ano** será contado a partir da data da última aplicação do reajuste, observado o disposto no §1º do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**8.6** - Em caso de extinção, suspensão ou indisponibilidade do índice pactuado, deverá ser adotado o índice oficial que o suceder, ou, na inexistência deste, aquele que vier a ser definido por termo aditivo, firmado de comum acordo entre as partes, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

**8.7** - A formalização do reajuste será realizada por **apostilamento**, nos termos do art. 134, §3º, da Lei nº 14.133/2021, fundado em cláusula contratual expressa e decorrente de indexador previamente definido.

**8.8** - O reajuste produzirá efeitos financeiros a partir do dia em que se completar o interregno de **1 (um) ano** contado da data-base do orçamento estimado, ainda que sua formalização ocorra posteriormente, vedada a retroatividade a período anterior a esse marco, em observância ao art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

**8.9** - A aplicação do reajuste não exime a Contratada da obrigação de manter os preços propostos válidos e compatíveis com os praticados no mercado, nos termos do art. 92, §4º, da Lei nº 14.133/2021.

## 9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

**9.1** - A Contratada deverá executar o objeto contratual com estrita observância das cláusulas deste **Termo de Referência**, do Edital, da minuta contratual e legislação aplicável, assumindo integral responsabilidade técnica, administrativa, trabalhista, previdenciária, ambiental e civil pelas consequências de sua execução, inclusive danos a terceiros, ao patrimônio público ou ao meio ambiente.

**9.2** - Executar o objeto integralmente conforme as especificações técnicas, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram este Contrato, incluindo fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra e insumos necessários.

**9.3** - Corrigir, reparar, refazer ou substituir, total ou parcialmente, e às suas custas, quaisquer serviços que apresentem vícios, defeitos ou inconformidades, dentro do prazo que o Fiscal do Contrato fixar.

**9.4** - Submeter previamente à Contratante qualquer proposta de alteração de método de execução ou rotinas, para sua análise técnica e formal aprovação; até que aprovada, permanecerá vigente o método originalmente aprovado.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

- 9.5** - Apresentar documento de Controle de Transporte de Resíduos – CTR para todas as movimentações de resíduos, em conformidade com a legislação ambiental.
- 9.6** - Zelar pela guarda, conservação e controle do uso de materiais, ferramentas e equipamentos fornecidos ou de uso em obra durante toda a vigência do Contrato.
- 9.7** - Adotar medidas preventivas para evitar danos às redes existentes (hidrossanitárias, elétricas, de dados), inclusive com consultas prévias aos órgãos responsáveis, quando necessário.
- 9.8** - Empregar e manter mão de obra em conformidade com a legislação trabalhista e previdenciária, assumindo integralmente os encargos decorrentes.
- 9.9** - Apresentar, sempre que solicitado, durante toda a vigência contratual, certidões de regularidade fiscal, previdenciária, trabalhista e fundiária previstas na Lei nº 14.133/2021 e na IN SEGES nº 58/2022.
- 9.10** - Responder exclusivamente por encargos e obrigações decorrentes de vínculos contratuais, trabalhistas ou de prepostos com seus empregados ou subcontratados, sem repassar tais obrigações à Contratante.
- 9.11** - Garantir observância de acordos, convenções ou dissídios coletivos aplicáveis à sua execução, sem que eventual inadimplemento transfira responsabilidade à Contratante.
- 9.12** - Identificar os trabalhadores mediante crachá funcional ou documento equivalente, quando em área de obra aberta, e manter lista nominal atualizada dos profissionais envolvidos, sempre que solicitada pela Administração.
- 9.13** - Manter preposto aceito pela Contratante no local das atividades, com poderes para tratar questões técnicas e operacionais emergenciais durante toda a execução.
- 9.14** - Cumprir rigorosamente as normas técnicas e legais de segurança do trabalho e saúde ocupacional, garantindo o fornecimento e uso obrigatório de EPIs, treinamentos e demais práticas exigidas por normas regulamentadoras pertinentes.
- 9.15** - Adotar medidas de prevenção de incêndio e controle de riscos no canteiro de obra e áreas adjacentes, em observância às normas legais específicas.
- 9.16** - Respeitar os limites legais de emissão de ruído e poluentes, conforme as Resoluções CONAMA pertinentes e normas técnicas ABNT aplicáveis.
- 9.17** - Gerir integralmente resíduos da construção civil, conforme Resolução CONAMA nº 307/2002, classificando e destinando corretamente resíduos gerados, vedada a disposição em locais não licenciados.
- 9.18** - Priorizar uso de agregados reciclados ou de menor impacto ambiental, sempre que tecnicamente viável e compatível com o projeto, conforme diretrizes de sustentabilidade aplicáveis.
- 9.19** - As atividades deverão ser executadas de modo a não comprometer as condições de acessibilidade existentes no edifício.
- 9.20** - Observar as regras de acessibilidade da ABNT NBR 9050 e NBR 16537 para construção do sanitário acessível e demais intervenções exigidas.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

- 9.21** - Manter sigilo sobre informações técnicas, operacionais e documentais obtidas no curso da execução, salvo aquelas de caráter públicos previstos em lei.
- 9.22** - Realizar transição contratual ao término da vigência, entregando à Contratante conhecimentos, metodologias e documentos técnicos de forma organizada e documentada.
- 9.23** - Garantir à Contratante a titularidade dos direitos autorais e direitos patrimoniais sobre relatórios, projetos ou produtos decorrentes deste Contrato, facultada sua reutilização apenas mediante autorização formal.
- 9.24** - Emitir manifestos e registros adequados para destinação final de materiais, com assinatura de responsável técnico, responsabilizando-se por vistorias iniciais e finais e eventuais danos decorrentes de demolição, remoção ou movimentação de solo/pavimentos.
- 9.25** - A Contratada será única responsável por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, securitários e comerciais relativos à execução do Contrato; a inadimplência não transferirá responsabilidade à Contratante, nem poderá onerar o objeto, conforme art. 121, caput e §1º, da Lei nº 14.133/2021.

**10 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1** - Exigir da Contratada cumprimento fiel das obrigações pactuadas, inclusive quanto às especificações, prazos e condições previstas no Edital, proposta e Contrato.
- 10.2** - Designar formalmente o Fiscal do Contrato, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, podendo contar com equipe técnica de apoio para assessoramento e acompanhamento especializado.
- 10.3** - Notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, falhas ou inconformidades detectadas na execução, fixando prazo para regularização e exigindo a adoção de solução técnica correta.
- 10.4** - Realizar as retenções legais e tributárias cabíveis, nos termos da legislação vigente e da IN SEGES nº 58/2022, observando a natureza da contratação.
- 10.5** - Providenciar à Contratada, em tempo útil, informações, documentos e condições necessárias para a adequada execução dos serviços.
- 10.6** - A Contratante poderá promover modificações unilaterais no Contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021, para melhor adequação ao interesse público, inclusive mediante acréscimos ou diminuições quantitativas do objeto, desde que justificadas tecnicamente e respectiva compensação financeira observada, sem violar os limites legais.
- 10.7** - Efetuar o pagamento à Contratada nas condições, valores e prazos estabelecidos no Contrato, com base na nota fiscal atestada e demais requisitos contratuais, sob pena de incorrer em mora, conforme previsão do art. 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.8** - Processar, liquidar e pagar os valores devidos mediante ordem bancária ou meio legal equivalente, diretamente para conta da Contratada, observadas as normas e procedimentos internos aplicáveis.
- 10.9** - Abster-se de intervir na gestão de pessoal da Contratada, vedando-se:







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**10.9.1** - Exercer poder hierárquico ou comandar empregados da Contratada;

**10.9.2** - Indicar ou vetar contratação interna de pessoal por parte da Contratada;

**10.9.3** - Determinar desvio de função de empregados da Contratada;

**10.9.4** - Conceder benefícios exclusivos de servidores públicos aos empregados da Contratada.

**10.10** - Promover avaliações periódicas dos serviços executados, registrar resultados, para fins de controle e supervisão contratual.

**10.11** - Manter arquivo dos documentos relativos à execução do Contrato, tais como ARTs, projeto executivo, termos de recebimento, relatórios de fiscalização e notificações, nos termos do art. 123 da Lei nº 14.133/2021, que exige decisão expressa da Administração em todas as solicitações e reclamações contratuais.

**10.12** - Encaminhar à Procuradoria Jurídica do Crea-GO casos de descumprimento contratual grave, para análise e adoção das medidas administrativas ou judiciais cabíveis (art. 158 da Lei nº 14.133/2021).

**10.13** - Condicionar o recebimento definitivo à correção integral de vícios ou defeitos identificados durante a garantia (arts. 144 e 147 da Lei nº 14.133/2021), independentemente da responsabilidade civil ou obrigações legais posteriores.

**10.14** - Fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade e reserva de vagas, nos casos em que a Contratada tenha se beneficiado de regime preferencial na licitação, em observância ao art. 25, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

**11 - DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)**

**11.1** - As partes comprometem-se a observar, em todas as fases da execução contratual, os princípios e fundamentos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), notadamente os princípios da finalidade, necessidade, adequação, segurança, prevenção, transparência e responsabilização, bem como os arts. 6º, 7º e 11, naquilo aplicável ao contratante e à contratada.

**11.2** - O tratamento de dados pessoais pela Contratada deverá limitar-se às finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratual, sendo vedado uso diverso, excessivo ou incompatível, salvo nas hipóteses previstas na lei, tais como: cumprimento de obrigação legal ou regulatória; execução de políticas públicas previstas em lei; exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral; ou determinação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ou ordem judicial.

**11.3** - A Contratada obriga-se a garantir confidencialidade, sigilo e segurança de todos os dados pessoais eventualmente acessados, tratados ou armazenados no âmbito deste Contrato, responsabilizando-se por atos ilícitos de acesso, vazamento, uso indevido, perda ou tratamento irregular.

**11.4** - A Contratada deverá instruir formalmente seus empregados e prepostos envolvidos na execução sobre as obrigações desta cláusula e da Política de Privacidade da Contratante, responsabilizando-se por sua observância.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**11.5** - É vedado à Contratada compartilhar com terceiros os dados pessoais tratados no âmbito deste Contrato, salvo nas hipóteses legais ou com autorização expressa e formal da Contratante.

**11.6** - A Contratante poderá ter acesso, na medida do necessário para fiscalização e execução contratual, aos dados pessoais mínimos dos empregados ou prepostos da Contratada (como nome, CPF, documento de identidade, contato), observada a finalidade, proporcionalidade e segurança previstas na LGPD.

**11.7** - A Contratada declara estar ciente das disposições da LGPD aplicáveis e obriga-se a adotar medidas técnicas e organizacionais aptas a proteger os dados pessoais tratados, conforme padrões de segurança da informação exigidos no setor público e orientações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

**11.8** - As partes comprometem-se a cooperar mutuamente no atendimento a solicitações de titulares de dados, à ANPD, ao Poder Judiciário, Ministério Público ou órgão de controle, respondendo tempestivamente e fornecendo as informações adequadas, conforme a regulamentação aplicável.

**11.9** - Em caso de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares, a Contratada deverá comunicar à Contratante, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** contadas da descoberta, mantendo registro dos fatos e das medidas corretivas adotadas, nos termos do art. 48 da LGPD.

**11.10** - A Contratada deverá manter atualizado o registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em cumprimento ao Contrato, bem como definir política de descarte seguro ou anonimização dos dados ao término da finalidade contratual, conforme art. 37 da LGPD.

## 12 - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

**12.1** - Em decorrência da natureza do objeto, do porte da contratação, da análise de risco, do **Estudo Técnico Preliminar** e dos mecanismos de controle e mitigação previstos, não será exigida garantia de execução para o presente Contrato, nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2** - A dispensa da exigência de garantia não exime a Contratada da responsabilidade pela fiel, integral e tempestiva execução do Contrato, nos termos dos dispositivos aplicáveis da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes.

**12.3** - Caso, por meio de termo aditivo ou modificação substancial do escopo, venha a ser necessária a exigência de garantia adicional, esta deverá observar os limites, modalidades e regras previstas no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, bem como ser formalmente motivada e prevista em instrumento específico.

## 13 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**13.1** - A inexecução total ou parcial do Contrato, o descumprimento irregular das obrigações pactuadas, o atraso injustificado, atos lesivos à Administração ou conduta tipificada como infração administrativa na Lei nº 14.133/2021 implicarão aplicação das sanções previstas neste instrumento, além das demais previstas em lei e no Edital.

**13.2** - As penalidades serão aplicadas conforme gravidade da infração, dano causado, histórico contratual, eventuais circunstâncias atenuantes ou agravantes, proporcionalidade, critérios legais e regulamentares.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**13.3** - Poderão ser aplicadas à Contratada as seguintes penalidades:

**13.3.1** - Advertência escrita, para infrações leves ou descumprimentos de obrigações acessórias que não acarretem prejuízo direto e relevante à execução contratual;

**13.3.2** - Multa, calculada sobre o valor contratual, mensal ou da parcela afetada, conforme a natureza da infração, nas seguintes hipóteses:

- a)** Atraso na execução: de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 0,2% (zero vírgula dois por cento) ao dia, limitada a **15 (quinze) dias**;
- b)** Atraso ou inexecução parcial: de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado ou da parcela afetada;
- c)** Inexecução total: de 0,1% (zero vírgula um por cento) a 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado do Contrato;
- d)** Infrações médias, graves ou reincidências: multa entre 0,2% (zero vírgula dois por cento) e 3,2% (três vírgula dois por cento) ao dia, aplicada conforme o grau de gravidade indicado na Tabela 1 – Faixas de Multa por Grau de Gravidade;
- e)** Atraso na apresentação da garantia contratual: multa de 0,07% (sete centésimos por cento) ao dia, limitada a 2% (dois por cento) do valor total do Contrato; atraso superior a **25 (vinte e cinco) dias** poderá ensejar rescisão unilateral;
- f)** As multas poderão ser aplicadas cumulativamente, desde que decorrentes de fatos autônomos e condutas distintas, assegurado o contraditório específico e individualizado, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.3** - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública por até **3 (três) anos**, nas hipóteses de infração grave que afete a execução do Contrato, comprometa a competitividade ou cause dano relevante à Administração, conforme art. 156, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

**13.3.4** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos da sanção ou até reabilitação (art. 156, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021).

**13.4** - As penalidades poderão ser aplicadas cumulativamente, ressalvadas as hipóteses legais que vedem a cumulação, como no caso de impedimento e inidoneidade, que são excludentes entre si, conforme § 2º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

**13.5** - A dosimetria da penalidade considerará:

- 13.5.1** - A natureza e gravidade da infração;
- 13.5.2** - A extensão do dano causado;
- 13.5.3** - O histórico contratual da empresa;
- 13.5.4** - A reincidência;
- 13.5.5** - Eventual programa de integridade adotado pela Contratada;
- 13.5.6** - As circunstâncias atenuantes ou agravantes reconhecidas no processo.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**13.6** - Para fins de aplicação das multas, as infrações contratuais são classificadas em graus de gravidade, com percentuais correspondentes:

Tabela 1 - faixas de multa por grau de gravidade		
Grau de gravidade	Descrição da gravidade	Percentual de multa (ao dia)
1	Infrações leves, sem impacto direto na execução contratual.	0,2%
2	Infrações com potencial de atraso ou pequeno impacto operacional.	0,4%
3	Infrações que comprometem parcialmente a execução ou descumprem ordens da fiscalização.	0,8%
4	Infrações graves, que causam prejuízo relevante, risco operacional ou descumprimento reiterado.	1,6%
5	Infrações gravíssimas, que geram risco à integridade física, ao patrimônio público ou à continuidade do Contrato.	3,2%

Tabela 2 - Classificação das infrações por grau de gravidade		
Grau de gravidade	Descrição da infração	Percentual de multa (ao dia)
1	Não apresentar documentação fiscal, trabalhista ou previdenciária quando solicitada pela Contratante.	0,2%
1	Não substituir empregado inadequado ou incompatível com a execução contratual.	0,2%
1	Não indicar ou manter preposto conforme previsto em Edital ou Contrato.	0,2%
1	Atrasar entrega de informações ou execução de etapas, sem justificativa válida.	0,2%
2	Descumprir ordem formal da fiscalização contratual, por ocorrência.	0,4%
2	Recusar execução de serviço determinado pela fiscalização contratual, por serviço e por dia.	0,4%
3	Manter funcionário sem qualificação técnica exigida, por empregado e por dia.	0,8%
3	Retirar pessoal do serviço sem anuência prévia da Contratante.	0,8%
3	Reincidir em descumprimento de obrigações editalícias não listadas nesta tabela.	0,8%
4	Suspender ou interromper os serviços contratados, sem justificativa legal.	1,6%
5	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou morte.	3,2%

**13.7** - Os percentuais definidos nas tabelas incidirão sobre o valor mensal do Contrato ou sobre o valor da parcela afetada, conforme o caso, e terão aplicação diária limitada à ocorrência específica ou ao período de irregularidade, em conformidade com o art. 156, § 1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**13.8** - A reincidência formal da mesma infração, ainda que após advertência, ensejará penalidade em grau imediatamente superior, quando cabível.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**13.9** - A ausência de tipificação expressa nas tabelas desta cláusula não impede a aplicação de penalidade, desde que devidamente fundamentada com base nos critérios legais e no impacto causado à execução contratual, conforme arts. 155 a 157 da Lei nº 14.133/2021.

**13.10** - Os valores correspondentes às multas aplicadas poderão ser:

**13.10.1** - Descontados dos pagamentos devidos à Contratada;

**13.10.2** - Recolhidos diretamente aos cofres públicos;

**13.10.3** - Deduzidos da garantia contratual; ou

**13.10.4** - Inscritos em dívida ativa, conforme a legislação aplicável.

**13.11** - O recolhimento espontâneo das multas deverá ocorrer no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis** contados do recebimento da notificação formal.

**13.12** - Se o valor da multa for insuficiente para cobrir os prejuízos, a Administração poderá promover cobrança do saldo remanescente, inclusive por via judicial, sem prejuízo de outras penalidades.

**13.13** - A aplicação de penalidades observará obrigatoriamente processo administrativo sancionatório formal, com notificação específica, prazo de defesa e decisão motivada, assegurados o contraditório e a ampla defesa, nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021.

**13.14** - A instauração de processo administrativo fundamentado na Lei 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), quando houver indícios de atos lesivos correlatos, será comunicada à autoridade competente, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

**13.15** - A instauração de processo de responsabilização não prejudica a aplicação das demais penalidades previstas nesta cláusula, desde que compatíveis e não vedadas por lei.

**13.16** - As penalidades aplicadas deverão ser registradas no SICAF e em outros sistemas oficiais de controle e cadastramento de sanções da Administração Pública.

## 14 - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

**14.1** - O Contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela Administração, nas hipóteses do art. 137 da Lei nº 14.133/2021, devidamente motivadas nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, inclusive nas seguintes situações:

**14.1.1** - Interesse público devidamente justificado;

**14.1.2** - Indisponibilidade ou insuficiência de créditos orçamentários vinculados à contratação;

**14.1.3** - Demais hipóteses elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021 (inadimplemento, descumprimento de cláusulas, falência, caso fortuito, força maior, entre outras).

**14.2** - A rescisão por conveniência ou interesse público, se adotada, produzirá efeitos **60 (sessenta) dias** após a notificação formal da Contratada, salvo se outro prazo maior for exigido por lei ou regulamento.







**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**14.3** - O prazo de execução poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo formal, nas hipóteses e condições do art. 111 da Lei nº 14.133/2021, desde que tecnicamente justificado e previamente aceito pela Contratante, quando se fizer necessária a conclusão integral dos serviços.

**14.4** - Se a não conclusão do objeto decorrer de culpa da Contratada, esta ficará automaticamente em mora, sujeita às sanções cabíveis e rescisão por inexecução, nos termos do art. 138 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo das medidas administrativas destinadas a garantir a continuidade e a integridade do objeto.

**14.5** - A extinção, seja por término de vigência contratual, rescisão unilateral ou inadimplemento, não exclui obrigações remanescentes da Contratada, incluindo reparação de danos, cumprimento de garantias, responsabilidades civis e profissionais e a apresentação da documentação final exigida.

**14.6** - A extinção deverá ser formalizada por ato escrito motivado, observado processo administrativo que assegure direito de defesa à Contratada, com prévia notificação e prazo razoável para manifestação.

#### **15 - DOS CASOS OMISSOS**

**15.1** - Os casos omissos durante a execução contratual serão resolvidos pelo Contratante, com base na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas federais aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor, bem como os princípios gerais do direito público e dos Contratos administrativos.

#### **16 - DA BASE LEGAL E DA VINCULAÇÃO**

**16.1** - O presente Contrato tem como fundamentos:

**16.1.1** - Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

**16.1.2** - Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (LAI), no que couber;

**16.1.3** - Normas técnicas e regulamentos aplicáveis mencionados no Edital e Anexos.

#### **17 - DAS ALTERAÇÕES**

**17.1** - Eventuais alterações contratuais observarão o disposto nos arts. 124 a 137 da Lei nº 14.133/2021.

**17.2** - A Contratada obriga-se a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato (art. 125 da Lei nº 14.133/2021).

**17.3** - As alterações contratuais serão formalizadas mediante termo aditivo, precedido de aprovação pela consultoria jurídica da Administração, exceto em caso de justificada antecipação dos efeitos, situação em que a formalização poderá ocorrer em até **1 (um) mês** da implementação (art. 132 da Lei nº 14.133/2021).

**17.4** - Alterações meramente formais, que não modifiquem o conteúdo do Contrato, poderão ser registradas por **apostila**, dispensando celebração de termo aditivo, conforme art. 136, Lei nº 14.133/2021.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**18 - DA PUBLICAÇÃO**

**18.1** - Em atenção ao disposto no art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, c/c o art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, e ao art. 123, §3º, da Lei nº 14.133, de 2021, caberá ao Crea-GO:

**18.1.1** - Disponibilizar no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, o inteiro teor dos instrumentos contratuais e seus anexos;

**18.1.2** - Disponibilizar no Portal da Transparência do Crea-GO o inteiro teor do Contrato e seus anexos, e informações complementares exigidas nos §§2º e 3º do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

**19 - DO FORO**

**19.1** - Fica eleito o foro da **Justiça Federal**, circunscrição do Estado de **Goiás**, para dirimir quaisquer questões, oriundas deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa.

**19.2** - Por estarem acordes, assinam o presente instrumento os Representantes das partes, Contratante, Contratada e as testemunhas arroladas.

Goiânia, aos \_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás**  
Engenheiro Lamartine Moreira Junior  
Presidente do Crea-GO – Contratante

\_\_\_\_\_  
**Razão Social**  
Representante Legal  
Contratada





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE GOIÁS**  
**CREA-GO**

**ANEXO VII - DOCUMENTOS COMPLEMENTARES (REPOSITÓRIO DIGITAL)**

**1 - ACESSO AO REPOSITÓRIO DIGITAL**

**1.1** - Os documentos complementares deste edital estarão disponíveis para consulta e *download* no seguinte endereço eletrônico: <https://nuvem.crea-go.org.br/s/QqnNsDxTyvGlZex>

**2 - RELAÇÃO DE DOCUMENTOS DISPONIBILIZADOS**

**2.1** - Foram disponibilizados no repositório digital os documentos complementares:

**2.1.1** - Cronograma físico-financeiro assinado (PDF);

**2.1.2** - Tabela base / planilha orçamentária de referência (XLSX).

**3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

**3.1** - Os arquivos disponibilizados no repositório digital integram este edital para todos os fins e efeitos.

**3.2** - Os licitantes deverão considerar, para formulação da proposta, os documentos técnicos disponibilizados no repositório digital, em conjunto com as demais disposições do edital e seus anexos.

**3.3** - É vedada aos licitantes qualquer alteração do conteúdo dos arquivos disponibilizados.

**3.4** - Eventuais correções ou atualizações dos arquivos que não impactem a formulação das propostas poderão ser divulgadas pelos canais oficiais do certame.

**3.5** - Caso a alteração impacte a elaboração da proposta ou as condições da disputa, será promovida a devida retificação do edital, com observância dos prazos legais.

**3.6** - Constatada indisponibilidade técnica do link, os arquivos poderão ser solicitados pelo e-mail: [licitacoes@creago.org.br](mailto:licitacoes@creago.org.br);

